

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FLAVILIO DA SILVA PEREIRA**

**Tecendo Relações: Ação Coletiva entre Empresários do Arranjo Produtivo**  
**Local de Confecções de Vila Velha**

**Vitória - ES**

**2017**

**FLAVILIO DA SILVA PEREIRA**

**Tecendo Relações: Ação Coletiva entre Empresários do Arranjo  
Produtivo Local de Confeções de Vila Velha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antônia de Lourdes Colbari

**Vitória - ES**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

P436t      Pereira, Flavilio da Silva, 1983-  
            Tecendo relações : ação coletiva entre empresários do  
            arranjo produtivo local de confecções de Vila Velha / Flavilio da  
            Silva Pereira. – 2017.  
            117 f. : il.

            Orientador: Antônia de Lourdes Colbari.  
            Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade  
            Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
            Naturais.

            1. Ação coletiva. 2. Capital social. 3. Arranjos produtivos  
            locais. 4. Vestuário - Indústria. I. Colbari, Antonia L. II.  
            Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
            Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

---

**FLAVILIO DA SILVA PEREIRA**

**Tecendo Relações: Ação Coletiva entre Empresários do Arranjo  
Produtivo Local de Confeções de Vila Velha**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Antônia de Lourdes Colbari  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Hélio Zanqueto  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Examinador Interno

## **AGRADECIMENTOS**

Impulsivamente, logo penso em agradecer a todos que participaram da construção desse estudo, um conhecimento que essencialmente é gerado em coprodução com os sujeitos que são os colegas de formação, professores, autores que durante séculos avançaram no conhecimento e especialmente os sujeitos do campo empírico. Após essa breve pretensão, sou puxado de volta pelas leituras de Pollack (1989) e Thompson (1992) que me chamam a atenção para os alçapões da memória, que é seletiva e construída através das lentes do presente no novelo do esquecimento e da lembrança. Então assumo as injustiças que acabarei cometendo nos agradecimentos, deixando de fora pessoas que contribuíram para a finalização dessa etapa da vida e que por algum capricho da memória foi colocado num lugar de difícil acesso. Ainda assim, pelo motivo desse projeto ter tomado uma fatia de tempo maior que deveria, os agradecimentos também deverão se estender.

Inicialmente devo render agradecimentos a Carla Rocha Souza e a Jaime Roy Doxey por me proporcionarem os primeiros contatos com os Arranjos Produtivos Locais e o gosto pela vida e a rotina dos pequenos empresários, em 2006, o que culminou nesse projeto.

O início do desenvolvimento desse projeto, que agora toma forma de dissertação, foi acompanhado por algumas pessoas importantes, nas primeiras leituras sobre ação coletiva, no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Especialmente a professora Joseane Fernandes, no acompanhamento das primeiras partes e pelas grandes contribuições ao formato da escrita. Nessa mesma época, longe de casa, foi importante a convivência com os colegas de turma do curso de Sociologia Política, especialmente Ana Carla, pelas centenas de vezes que bateu na porta do meu quarto me avisando da aula de teoria clássica às 7 da manhã e com quem assisti alguns jogos do campeonato brasileiro no Bar do Sérgio. E ao Rafael França por me acolher por um tempo na república dos “Alcoólatras Agrônomo” e por me convidar para acompanhá-lo algumas vezes na madrugada ao seu campo de estudo: as travestis da Formosa.

Depois desse período de alguma angústia em Campos dos Goitacazes e a retomada da minha pesquisa na UFES, rendo agradecimento a Professora Euzineia, pelo papel importante que teve na banca de seleção, me apoiando na entrevista, onde fui admitido nesse programa de mestrado. E a volta a UFES me trouxe novamente a presença da professora Antônia Colbari, que acolheu um projeto em andamento, caminhando por linhas tortas, cuja etapa de coleta de dados já estava finalizada, o que sem dúvida a deixou sem margem para pensar em trabalharmos com outras tipologias de dados, ou utilizar outros instrumentos que considerasse fundamentais, visto já ter passado dois anos das primeiras coletas. Isso a colocou na difícil missão de me auxiliar na leitura de dados que ela não conhecia. Outro detalhe importante para mim é a tranquilidade e a gentileza com que sempre lidou com minha independência em termos da produção do texto, me deixando produzir no meu tempo e sempre pronta a fazer as inúmeras leituras detalhadas, realizando incontáveis apontamentos e ajustes no texto, que por muitas vezes estava bastante confuso.

Um agradecimento especial ao professor Paulo Magalhães Araújo, que contribuiu com ajustes no projeto durante a disciplina de metodologia de pesquisa e na qualificação, me ajudando a entender melhor os dados e refinar os testes estatísticos a que me propus realizar. A grata surpresa de encontrar o professor Hélio Zanquetto na minha qualificação, sendo que já estava presente no meu trabalho, me ajudando a entender a história do APL de Confecções, com seu trabalho de mestrado, que me colocou para ouvir os empresários, suas falas sobre a implantação das empresas em Vila Velha e o surgimento do Pólo de Confecções, na década de 80, provavelmente pelas mãos dos pais daqueles aos quais entrevistei.

Agradecimento a Mariana Luz, minha companheira de vida, que me encorajou a retomar esse projeto e não deixar o material já produzido se perder sem um acabamento e por me apoiar mesmo estando distante, sempre me chamando a olhar para o mundo e entender que nada é provisório, todos os momentos, por mais desconfortáveis ou radiantes que sejam, são etapas de uma única vida.

E os grandes colegas de turma, com boas discussões e até algumas lágrimas

em sala de aula, o Breno Vinicius Silva pelas longas conversas dentro e fora das aulas, compartilhando tensões e alívios, por vezes acompanhado de boas cervejas, o Edson Romera por me apresentar o trabalho desenvolvido na Revista Simbiótica, onde tenho aprendido muito com a rotina de recebimento de artigos e conversas com os autores e pareceristas, inclusive modificando a minha forma de escrever.

Uma grande reverência aos Pequenos Empresários que me receberam e aos entrevistadores em suas rotinas ocupadas, executando todas as funções pessoalmente em suas empresas, vivendo com muitas frustrações, sentimentos típicos que quem se arrisca em pequenos negócios. Coragem desses brasileiros, buscarem estabelecer atividades econômicas nesse espaço competitivo, onde maioria das vezes sem apoio público para atender necessidades básicas das suas rotinas empresariais, geram emprego e renda principalmente junto a população mais pobre e menos qualificada.

Foi fundamental contar com os membros da empresa Junior de Ciências Sociais, que estiveram comigo na aplicação dos questionários, assim como a Carolina Apell Colvero que complementou a coleta de dados em um momento em que eu estava longe do campo, e suas observações qualitativas acuradas, que me ajudaram a entender os dados quantitativos. Aos muitos pesquisadores cujos trabalhos me proporcionaram pensar o meu objeto de estudo e problematiza-lo e para além disso, que modificaram minha percepção cotidiana sobre a vida, sobre as decisões das pessoas em aderir ou não as diversas causas, em sair de casa para ir a reuniões de associações, dedicar tempo e recursos a movimentos cujos resultados não sabem se alcançarão. E por fim a dedicada equipe da Secretaria Integrada das Pós Graduações (SIP) pela gentileza com que sempre me ajudaram a encontrar soluções para os problemas administrativos junto ao programa, me atendendo com uma presteza estranhamente diferente de outras experiências que tive com secretarias diversas.

No fim das contas não sei se os agradecimentos são pelas contribuições ao desenvolvimento da dissertação ou a uma etapa da vida, ou são a mesma coisa.

## **RESUMO**

A presente pesquisa analisa a ocorrência de ações coletivas no Arranjo Produtivo Local (APL) de confecções de Vila Velha, Espírito Santo. Com esse intuito identificamos a relação existente entre o nível de confiança existente entre os microempresários, a participação em associações de interesses comuns com o surgimento de ações coletivas. Em busca de responder aos objetivos da pesquisa foram utilizados dados quantitativos, coletados a partir da aplicação de uma adaptação do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI- MCS), desenvolvido pelo Banco Mundial. A partir dos dados, foram criados indicadores de confiança, participação e ações coletivas. Os indicadores foram analisados a luz das teorias da ação coletiva, capital social, confiança e participação. Diante dos resultados identificamos a existência de limitações ao fortalecimento do capital social no APL de confecções. A análise dos indicadores apontou para a existência de uma fragilidade na confiança entre os microempresários e nas instituições governamentais locais, estaduais e federais, além de uma participação restrita em assuntos de interesse público. Outra percepção importante demonstrou que o fator confiança não atua significativamente no fomento ao surgimento de ações coletivas.

Palavras Chaves: Ação Coletiva, Capital social e Arranjos Produtivos Locais



## **ABSTRACT**

The aim of this research is to analyze the occurrence of collective actions in the confections industry cluster in Vila Velha, Espírito Santo. In order to do that, we identified the relationship between the trust level among the small entrepreneurs, participation in associations of common interests and the emergence of collective actions. In seeking to respond to the research objectives, we collected quantitative data from an application based on the Integrated Questionnaire to Measure Social Capital (SC-IQ), developed by the World Bank. The aspects explored allowed us to create trust, participation and collective actions indicators. We analyzed the indicators in accordance with collective action, social capital, trust and participation theories. We identified the existence of social capital strengthening limitations in the confections industry cluster. Indicators analysis pointed to fragile trust between small entrepreneurs and the local state and federal institutions, besides a restricted participation in public affairs. Another important insight has shown that trust factor does not significantly influence promotion of collective action.

**Keywords:** Collective Action, Social Capital, Cluster

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - População residente por recorte geográfico .....	49
<b>Tabela 2</b> - População Economicamente Ativa Ocupada em 2014 .....	50
<b>Tabela 3</b> - PIB Per Capita a preços correntes em 2013.....	50
<b>Tabela 4</b> - Custo de produção de confeccionados 2015 – US\$ por dúzia .....	55
<b>Tabela 5</b> - A família do entrevistado (pais e avós) possuía empresas.....	78
<b>Tabela 6</b> - Participação em organizações associativas .....	81
<b>Tabela 7</b> - Em que medida concorda ou discorda das afirmações a seguir.....	84
<b>Tabela 8</b> - Confiar ou não confiar nas pessoas e instituições citadas .....	85
<b>Tabela 9</b> - Em que medida acha que os membros das instituições abaixo são honestas ou desonestas .....	86
<b>Tabela 10</b> - Três principais atividades realizadas em grupo nos últimos 24 meses.....	90
<b>Tabela 11</b> - Contribuiria para um projeto do setor não lhe beneficia diretamente .....	90
<b>Tabela 12</b> - Um empresário que não participe em atividades em prol do APL sofrer sanções.....	91
<b>Tabela 13</b> - Número de vezes que as pessoas nesse setor se reuniram para entregar petição a membros do governo, ou a líderes políticos, os último ano	91
<b>Tabela 14</b> - Votou nas últimas eleições para associações ou outras organizações existentes no setor .....	92
<b>Tabela 15</b> - Alternativa abaixo que mais representa a realidade do arranjo produtivo de confecções .....	92
<b>Tabela 16</b> - Nível de participação nas atividades e instituições .....	93
<b>Tabela 17</b> - Participação e confiança nos membros do APL – Somente aqueles que participam.....	94
<b>Tabela 18</b> - Participação das ações do APL e receio de alguém tirar vantagem .....	95
<b>Tabela 19</b> - Índices de correlação de Pearson.....	97

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Indicadores de Capital social e ambiental Observatório SEBRAE	19
<b>Quadro 2</b> - Esquema do 'Dilema do Prisioneiro' .....	26
<b>Quadro 3</b> - Definição e variáveis que compõem o capital social .....	33
<b>Quadro 4</b> - Quadro sintético de vertentes de estudo sobre APL's .....	39
<b>Quadro 5</b> - Distribuição das empresas por segmento e localidade/ bairro .....	66
<b>Quadro 6</b> - Grupos de indicadores .....	70
<b>Quadro 7</b> - Estrutura de construção dos indicadores .....	71
<b>Quadro 8</b> - Cálculo do Indicador de Participação 1 (IP1) .....	73
<b>Quadro 9</b> - Cálculo do Indicador de Participação 2 (IP2) .....	74
<b>Quadro 10</b> - Matriz observação da correlação significativa dos indicadores....	97

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Mapa representando os 05 municípios mais populosos da RMGV . 48

**Figura 2** - Mapa representando os Bairros da Glória e de Santa Inês, área de estudo ..... 48

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - IDHM, GINI e dos Principais municípios da RMGV .....	52
<b>Gráfico 2</b> - Comércio mundial de têxteis e confeccionados 2015 – Bi de US\$..	53
<b>Gráfico 3</b> - Geração líquida de emprego com carteira assinada na indústria de vestuário, confecções, e acessórios – acumulado em 12 meses.....	57
<b>Gráfico 4</b> - Escolaridade dos entrevistados e dos pais dos entrevistados.....	78
<b>Gráfico 5</b> - Indicador de Participação (IP) .....	80
<b>Gráfico 6</b> - Obteria ajuda se precisasse de uma pequena quantia em dinheiro - SEBRAE, Bancos, companheiros do APL.....	82
<b>Gráfico 7</b> - Indicador de Confiança (IC).....	83
<b>Gráfico 8</b> - Indicador de Resultado (IR).....	88
<b>Gráfico 9</b> - Frequência com que os empresários ajudam mutuamente .....	88
<b>Gráfico 10</b> - Realização de trabalho conjuntos nos últimos 12 meses .....	89
<b>Gráfico 11</b> - Apenas empresários que participam das ações do APL .....	95
<b>Gráfico 12</b> - Apenas empresários que NÃO participam das ações do APL.....	96
<b>Gráfico 13</b> - Abrangência dos indicadores para Cooperadores e Desertores	102

## LISTA DE SIGLAS

<b>APEX</b>	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento
<b>CEF</b>	Caixa econômica Federal
<b>GTP-APL</b>	Grupo de Trabalho
<b>IC</b>	Indicador de Confiança
<b>IP</b>	Indicador de Participação
<b>IR</b>	Indicador de Resultado
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio
<b>MPE</b>	Micro e Pequenas Empresas
<b>QI – MCS</b>	Questionário Integrado para Medir Capital Social
<b>REDESIST</b>	Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
<b>SPSS</b>	<i>Statistical Package of Social Science</i>
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>23</b>
<b>1. AÇÃO COLETIVA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS .....</b>	<b>23</b>
1.1 A Ação Coletiva .....	24
1.2 O capital social .....	32
Conclusão .....	37
<b>CAPITULO II .....</b>	<b>38</b>
<b>2. O CONTEXTO DE ANÁLISE: OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS....</b>	<b>38</b>
2.1 Marshall e Schumpeter: elementos fundamentais na cunhagem do conceito de APL 40	
Conclusão .....	44
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>46</b>
<b>3. O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DE VILA VELHA</b>	<b>46</b>
3.1 Caracterização do contexto socioeconômico local .....	47
3.2 O setor de confecções no contexto da indústria nacional e Internacional .....	53
3.3 O setor confecções no Brasil.....	55
3.4 O setor confecções no Espírito Santo .....	57
3.5 O APL de Confecções de Vila Velha .....	60
Conclusão .....	63
<b>CAPITULO IV.....</b>	<b>64</b>
<b>4. O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>64</b>
4.1 Origem e Tipologia das Fontes de Dados.....	64
4.2 Coleta de dados e instrumentos utilizados .....	64
4.3 Seleção da amostra .....	66
4.4 Análise dos dados e construção dos indicadores .....	68
4.5 Nota sobre a correlação entre os indicadores .....	74

<b>CAPÍTULO V.....</b>	<b>76</b>
<b>5. O ESTOQUE DE CAPITAL SOCIAL NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DE VILA VELHA.....</b>	<b>76</b>
5.1 Antecedentes e perfil dos entrevistados .....	77
5.2 Participação e Confiança no APL.....	79
5.3 A prática de ações coletivas como medida de capital social .....	87
5.4 Correlação entre os Indicadores de Participação, Confiança e Resultado .....	92
5.5 Análise dos subgrupos cooperadores e desertores .....	100
Conclusão .....	103
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>117</b>



## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, o destaque de algumas regiões do mundo em termos de desenvolvimento econômico atraiu a atenção de especialistas de diversas disciplinas. Essas experiências se referiam às regiões com maior densidade produtiva com predominância de pequenas empresas instaladas em um ambiente que proporcionava alto nível de relações interempresariais. Emergiram, nesse contexto, tanto os chamados distritos industriais italianos como também outras regiões onde pequenas firmas coexistiram com grandes corporações, como o distrito de Baden-Württemberg na Alemanha e no Vale do Silício nos Estados Unidos. Nessas situações, o fator regional destacou-se como um elemento de grande vantagem competitiva e alimentou as indagações a respeito desse dinamismo econômico.

Várias reflexões sobre o desenvolvimento local e regional buscaram nos trabalhos de Alfred Marshall (1982) as referências para o entendimento das concentrações geográficas das atividades econômicas e inovativas. O conceito de distritos industriais foi cunhado por Marshall, no fim do século XIX, a partir de suas observações sobre o padrão de organização das pequenas firmas têxteis, de cutelaria e gráfica. As características básicas indicadas pelo autor para os modelos clássicos de distritos industriais apontam alto grau de especialização e divisão de trabalho; disponibilidade de mão de obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes. (ALBAGLI e BRITO, 2003).

Pesquisas realizadas em países como EUA, México, França, Itália, França, apresentam elementos em comum aos tipos de distritos industriais: especialização, capital social, estratégias coletivas, fatores de ordem social, história, tradições e aparato institucional. As abordagens a partir de aglomerações produtivas ganharam corpo a partir da crença estabelecida no desenvolvimento regional. Nas últimas décadas, um esforço coletivo acabou por inserir nos estudos sobre desenvolvimento regional e aglomerações

produtivas a temática do Capital Social, lançando luz sobre vários aspectos relacionados ao desenvolvimento do território. Os estudos sobre o capital social, realizados principalmente por agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e PNUD, mantiveram o foco sobre o tratamento de questões relacionadas ao desenvolvimento local.

Fortemente ligado às discussões sobre ações coletivas, o estudo do capital social e da confiança, acabaram se tornando lugar obrigatório de visita de pesquisadores e estudiosos do desenvolvimento regional, a ponto de ganharem um corpo comum nas agendas de pesquisa de cursos de graduação e de pós-graduação e serem incorporados nos relatórios e recomendações de agências internacionais e nacionais.

Seguindo essa tendência, o aspecto territorial assume uma posição central na constituição do objeto desse trabalho, com foco em um tipo particular de território regional: os Arranjos Produtivos Locais (APLs). No estudo em questão, apresentado como dissertação para obtenção do título de mestre, o objetivo é analisar o capital social existente no APL de confecções de Vila Velha e verificar a existência de relação entre o nível de capital social existente e a realização de ações coletivas no âmbito do APL. Para atender a esse propósito também será contemplado um conjunto de objetivos secundários: a) Identificação das formas de manifestação do capital social (confiança, participação em organizações associativas e interesse em assuntos públicos), b) identificação das formas de ação coletiva praticadas no âmbito do APL, e c) elaboração de um sistema de indicadores para medir a participação e a confiança existentes no APL.

Para tanto, partimos da hipótese de que a relação entre os empresários do APL de confecções, a despeito de constituírem uma aglomeração territorial caracterizada por atividades econômicas comuns e vínculos econômicos e sociais entre os agentes, é marcada pelo baixo capital social e, por conseguinte, baixo nível de confiança e cooperação, gerando um ambiente onde a prática da ação coletiva é limitada.

Essa hipótese foi alicerçada, primeiramente, em dados obtidos através de um

estudo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o SEBRAE-ES. O Observatório de Competitividade Sistêmica do Espírito Santo, realizado em 2006, que buscou caracterizar as Micro e Pequenas Empresas – MPEs – em regime de aglomeração, orientar investimentos, estimular a consolidação dos aglomerados de empresas, criar indicadores para medir a eficiência dos aglomerados e difundir a cultura da eficiência coletiva dos arranjos. O mencionado estudo abrangeu alguns arranjos em evidência no Espírito Santo: agronegócio (fruticultura e cafeicultura), móveis, madeira e celulose, construção civil, petróleo e gás, confecção, rochas, turismo, metal mecânico e siderurgia. O projeto procurou identificar e avaliar um conjunto de fatores, denominados de capitais, no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de aglomerações empresariais. Os capitais avaliados na pesquisa foram: capital empresarial, capital do trabalho e capacitação, capital organizacional e cultural, capital logístico, capital intelectual e inovação, capital macroeconômico, capital comercial nacional e internacional, capital institucional e governamental, capital social e ambiental. A partir dos resultados dos dados levantados para o Capital Social e para o APL de confecções, estabelecemos um primeiro cenário, que orientou a hipótese do estudo.

O Observatório buscou produzir indicadores de Capital Social baseado em critérios como coesão social, liderança e comprometimento com questões ambientais<sup>1</sup>. Os indicadores variaram de 0 a 10 e o APL de confecções obteve indicadores próximos e abaixo da média, como visualizamos no quadro 1.

---

<sup>1</sup> Não realizamos detalhamento sobre a construção dos indicadores do Observatório de Competitividade Sistêmica do ES. Para melhor compreensão verificar os documentos produzidos (relatório consolidado e relatórios por APL) disponível em <http://bis.sebrae.com.br/bis/resultadoBusca.zhtml?q=observatorio>

**Quadro 1 - Indicadores de Capital social e ambiental – Observatório SEBRAE**

<b>INDICADOR Capital Social e Ambiental</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
Indicador de coesão social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ os empregados são efetivamente envolvidos e com objetivos coletivos: média <b>6,55</b>;</li> <li>▪ existe um sistema social, com relacionamento entre pessoas e grupos, no qual as relações entre os seus membros podem ser consideradas estáveis: média <b>5,42</b>;</li> <li>▪ ocorre promoção no sentido de realçar a socialização dos empresários, incluindo noções de responsabilidade e compromisso coletivo: média <b>3,70</b>.</li> </ul>
Indicador de liderança	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ existem líderes no setor exercendo papel de articulador e constituindo-se em referência para os demais membros do agrupamento: média <b>4,34</b>.</li> </ul>
Indicador de comprometimento ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existe preocupação dos empresários com a questão ambiental: média <b>4,83</b>.</li> </ul>

Fonte: Observatório de Competitividade Sistêmica do Espírito Santo – SEBRAE-ES.

A média global do indicador foi 5,0. Dessa forma, a interpretação dos indicadores proporcionou a hipótese de trabalho apresentada, onde o APL de confecções de Vila Velha apresentaria baixo nível de confiança e cooperação, gerando um ambiente onde a prática da ação coletiva seria limitada. As informações apresentadas no Observatório abrangeram todo o ES e para o setor de confecções foram abordadas 58 empresas, dispersas em 08 municípios<sup>2</sup>, o que suscitou necessidade um aprofundamento do estudo sobre capital social e ação coletiva. Tendo em vista que o APL de Vila Velha é um dos maiores e mais importantes do estado, o escolhemos para realização desse estudo. Além do aprofundamento empírico havia a necessidade de uma aproximação com o campo teórico das ciências sociais na discussão do capital social e ações coletivas, visto que o Observatório partiu de um marco teórico voltado para discussão da inovação, competitividade e desenvolvimento econômico.

Problematizar o APL a partir de elementos como o compromisso cívico e a confiança como fatores centrais no desenvolvimento do capital social, além da importância da credibilidade nas instituições (Putnam, 2006), pode trazer um

<sup>2</sup> O total de 58 entrevistas foi estratificado por municípios da seguinte forma: Aracruz (1), Cachoeiro de Itapemirim (1), Colatina (15), Linhares (1), Nova Venécia (1), São Gabriel da Palha (11), Vila Velha (22) e Vitória (6).

fôlego para as políticas fomento a APLs. Além disso, buscamos considerar fatores como comunicação, tipos de bens coletivos e regras de manejo de bens para o desenvolvimento de ações coletivas (Ostrom, 2011).

Desse contato com os estudos envolvendo APLs, desprende-se a motivação para escolha desse tema. O projeto Observatório foi desenvolvido pelo Laboratório DataUfes, vinculado ao Curso de Ciências Sociais. A coordenação do projeto foi realizada pelos professores Jaime Roy Doxsey (Departamento de Ciências Sociais) e Rogério Monteiro (Departamento de Administração), que desenvolviam trabalhos em parceria com o SEBRA-ES. A atuação como pesquisador de campo e na análise dos dados do Observatório nos proporcionou um contato com uma investigação aprofundada sobre 09 Arranjos Produtivos Locais de vários setores. Com a conclusão do Observatório, o laboratório desenvolveu diversas pesquisas de monitoramento dos APLs capixabas, a partir da metodologia de Gerenciamento Orientado Para Resultados do Sebrae, aprofundando esse contato.

A partir desse acúmulo de informações que obtivemos na participação nesses diversos momentos de pesquisa, iniciamos o desenvolvimento desse projeto de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense, em 2010, orientado pelo Professor Dr. Sérgio de Azevedo e pela Professora Dra. Joseane Souza. Após interrupção em 2013, o estudo deu prosseguimento em 2015, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Sendo assim, no intuito de realizar um aprofundamento da discussão no âmbito das ciências sociais, visto que Observatório esteve focado na administração, inovação e economia, o recorte dessa pesquisa de mestrado englobou estabelecimentos localizados no município de Vila Velha, Espírito Santo, mais precisamente nas localidades do Polo de Confeções da Glória, no bairro da Glória, e do Polo Industrial de Santa Inês, localizado no bairro Santa Inês.

Para fins de definição das unidades de análise foram selecionados Micro e Pequenos empresários de acordo com a definição da Lei Geral da Micro e

Pequena Empresa de dezembro de 2006. Essa seleção foi realizada apenas com base no critério de número de funcionários, considerando as dificuldades de obtenção de dados sobre a receita bruta anual das empresas. Desse modo, foi utilizado o seguinte critério,:

**Microempresa:**

- I) na indústria e construção: até 19 pessoas ocupadas;
- II) II) no comércio e serviços, até 09 pessoas ocupadas;

**Pequena empresa:**

- I) na indústria e construção: de 20 a 99 pessoas ocupadas;
- II) no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas.

É importante lembrar que nesse caso os proprietários também são contados para classificação do estabelecimento como Micro ou Pequena Empresa, como orienta o SEBRAE (2012).

A partir do estabelecimento do referencial teórico, coleta e tratamento de dados, organizamos essa dissertação em cinco capítulos, buscando proporcionar ao leitor um entendimento sobre a importância de fatores como confiança e participação no empreendimento de ações coletivas. Essa organização buscou ainda demonstrar o caminho percorrido no desenvolvimento do conceito de APL e a caracterização do contexto de inserção do APL de confecções de Vila Velha. Sendo assim, o primeiro capítulo sintetiza os principais referenciais que discutem e problematizam a ação coletiva e o capital social. No segundo capítulo, são expostos os elementos advindos dos estudos de Marshall e Schumpeter, que constituíram a base para cunhagem do conceito de Arranjo Produtivo Local. O terceiro capítulo realizará uma contextualização socioeconômica do município de Vila Velha. Ainda, nesse tópico, são apresentadas as dimensões do setor de confecções no Brasil, no Espírito Santo e no município de Vila Velha. No quarto capítulo, explicitamos o método de investigação, com apresentação das técnicas de coleta e tratamento dos dados, além da apresentação dos passos da elaboração dos indicadores construídos e empregados na análise dos dados. No quinto e último capítulo, é realizada a análise sobre o estoque de capital social e o desenvolvimento de ações coletivas no Arranjo Produtivo Local de

confeções de Vila Velha, à luz dos dados colhidos em campo e do referencial teórico sistematizado.

# CAPÍTULO I

## 1. AÇÃO COLETIVA E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O estudo da Ação Coletiva e dos Arranjos Produtivos Locais – APLs – requer a mobilização de uma gama de conceitos elaborados e reelaborados por diversos autores adeptos das mais variadas disciplinas, como a economia, sociologia, administração, geografia, entre outras que se ocupam da organização do espaço regional e das redes de relações sociais.

Fortemente ligado às discussões sobre ações coletivas, os estudos do capital social e da confiança e, mais recentemente, das emoções acabaram se tornando lugar obrigatório de visita de pesquisadores e estudiosos do tema, a ponto de ganharem destaque nas agendas de pesquisa de cursos de graduação e de pós-graduação e serem incorporados nos relatórios e recomendações de agências internacionais, como o Banco Mundial, e nacionais, como o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A abordagem analítica das aglomerações produtivas ganhou corpo em sintonia com as crenças e ações associadas ao desenvolvimento regional. Na prática, as aglomerações produtivas são organizadas em diversos formatos, como os distritos industriais, *clusters*, Arranjos Produtivos Locais, *milieus innovateurs*, entre outros experimentos regionais. Apesar dessa diversidade de nomenclaturas e tipos de organização, elementos relacionados ao capital social e ação coletiva são problematizados em todas as experiências.

Nesse capítulo, serão sintetizados os principais referenciais teóricos utilizados para análise da ação coletiva e do capital social. Para alcançar esse objetivo, esse capítulo foi dividido em duas seções: a seção I faz um apanhado da reflexão sobre o tema da ação coletiva e a seção II foca o capital social como elemento fundamental ao desenvolvimento de ações coletivas.



## 1.1 A Ação Coletiva

Segundo Haguette (2005), a ação coletiva consiste em grupos agindo para enfrentar situações nas quais eles estão inseridos; esses grupos (famílias, sindicatos, clubes, etc), considerados pela autora como unidades de ação, são definidos a partir de elementos que possuem sentidos e que são derivados da interação desse grupo. Mello Junior (2010) esclarece que a ação coletiva está ligada a um campo de ação e sempre está relacionada a um grupo de interesses.

Discutir as teorias da ação coletiva significa incluir invariavelmente as contribuições desenvolvidas por pesquisadores que compunham a chamada Escola de Chicago. As reflexões produzidas por esses autores tinham como base a pesquisa empírica, empregada nas reflexões sobre a interação do indivíduo e a sociedade, através de duas abordagens básicas: o pragmatismo e o interacionismo simbólico. A primeira analisava as atividades humanas e suas ações em sociedade, as ideias, os valores e as instituições sociais tinham origem nas circunstâncias práticas da vida humana, enquanto a segunda se ocupava da natureza simbólica da vida social (COULON, 1995), empenhando-se na compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e pessoas e de que forma essa interpretação conduz o comportamento.

Um dos grandes responsáveis pela guinada interpretativa das ações coletivas, alicerçadas no interacionismo simbólico da Escola de Chicago, foi o economista Mancur Olson, quando introduziu no campo de discussão as Teorias de Mobilização de Recursos. Segundo Gohn (2007), essas teorias levam em conta apenas recursos humanos, financeiros e de infraestrutura, considerando as estratégias e a racionalidade da ação instrumental. As Teorias de Mobilização de Recursos excluem valores, normas, ideologias, culturas e identidades como sendo elementos que influenciariam as decisões dos indivíduos. Cefaí (2009) ressalta que as teorias da Mobilização de Recursos aderiram de tal forma as proposições dos sociólogos a respeito da ação coletiva que se tornaram quase repetitivas as citações a respeito das

elaborações de Olson, assim como sobre os cálculos de interesse material e simbólico em busca da maximização dos ganhos.

A teoria utilitarista de Olson concebia a ação coletiva como precedida de cálculos racionais, vislumbrando o ganho de benefícios. Em *A Lógica da Ação Coletiva*, publicada em 1965, Olson analisou a racionalidade dos indivíduos. Para Olson (1998), os benefícios advindos de um empreendimento coletivo são insuficientes para motivar a participações de indivíduos em ações coletivas.

O referido autor sustenta a premissa de que os atores não buscarão o bem público, visto que os custos da contribuição individual tenderá ser maior que a parcela do bem a qual terá direito. Além disso, segundo o autor, a própria natureza do bem público maximiza essa deserção, visto que se trata de um benefício caracterizado pela impossibilidade de discriminação entre aqueles que contribuíram para o provimento do mesmo daqueles que não. Nesse caso, é mais vantajoso do ponto de vista do cálculo racional obter o benefício sem trabalhar para isso. Um bom exemplo dessa situação é o aumento salarial conseguido pelo sindicato. Todos os trabalhadores da categoria em questão terão direito a esse benefício, mesmo aqueles que não participaram de passeatas e greves.

Essa situação, segundo Olson (1998), inspira o chamado *free rider*, que são

os chamados indivíduos racionais egoístas, se importam apenas com o resultado privado ao fim da ação coletiva, maximizadores Olsonianos que tem a deserção como estratégia dominante. O efeito de sua não participação varia da elevação do custo à impossibilidade de produção do bem coletivo” (ORENSTEIN, 1998, p 51).

Ainda, segundo Olson (1998), é preciso considerar o tamanho do grupo nessa conta. O autor aponta que os grupos pequenos são mais eficientes, já que, nesse tipo de grupo “a partilha do ônus envolvido no provimento do benefício coletivo não será proporcional aos ganhos individuais trazidos pelo benefício coletivo para cada membro do grupo” (1999, p. 41), ou seja, há a possibilidade de alguns membros do grupo arcarem com os custos para prover o bem, visto que os custos de manutenção do grupo são baixos. Em grandes grupos, a situação é outra: “quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo” (OLSON, 1999, p. 47), visto que

geralmente as parcelas de ganho coletivo são menores que os custos de participação. Além disso, a contribuição de um único membro se torna quase imperceptível, fazendo com esse opte por não colaborar nas atividades coletivas, aumentando a ocorrência de *free riders*.

Olson (1998) analisa a ação coletiva com base em situações onde os indivíduos são confrontados com uma situação uma única vez, os chamados jogos de um único lance, como o Dilema do Prisioneiro. Trata-se de uma situação na qual os sujeitos são tentados a não cooperar, como apontado na situação descrita e ilustrada a seguir.

Dois suspeitos, A e B, são detidos pela polícia e não existem provas suficientes para condená-los. Os prisioneiros são interrogados em salas separadas e são colocados diante da seguinte situação:

- a) Se o prisioneiro A delatar e o prisioneiro B ficar em silêncio, o delator sai livre e o cúmplice cumpre 10 anos de prisão;
- b) Se ambos ficarem em silêncio, ambos cumprirão um ano de detenção e
- c) Se ambos delatarem, ambos cumprem 5 anos de prisão.

O dilema pode ser visualizado no esquema a seguir, Quadro 2:

**Quadro 2 - Esquema do ‘Dilema do Prisioneiro’**

		PRISIONEIRO A	
		Fica em silêncio	Delata
PRISIONEIRO B	Fica em silêncio	1 ano de detenção / 1 ano de detenção	10 anos de Detenção / 1 ano de detenção
	Delata	10 anos de detenção / 1 ano de detenção	5 anos de detenção / 5 anos de Detenção

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, diante da impossibilidade de combinar as ações e na dúvida quanto à colaboração do cúmplice, ambos optam por delatar e cumprem 5

anos de prisão.

Esse tipo de jogo impossibilita o acúmulo de experiências dos jogadores. Na visão de Olson (1999), para evitar esse tipo de deserção ao ato de cooperação, é necessário algum dispositivo de coerção ou incentivo para que os indivíduos sejam obrigados a participar do empreendimento coletivo e colaborar com o provimento de tal benefício. Ainda de acordo com Olson (1999), esse dispositivo pode ser algum incentivo seletivo, um ganho a parte para os indivíduos que ajudarem a arcar com os custos de provimento do bem coletivo, e a coerção poderá ser algo em torno do interesse grupal, como filiações compulsórias, a exemplo dos sindicatos.

Criticamente ao modelo de Olson, surgem diversas proposições fundadas em outras bases, para solução dos problemas relativos à ação coletiva, como ressaltado por Oresntein (1998, p. 10):

... a necessidade de conciliar a premissa de racionalidade com a possibilidade de cooperação voluntária criou um programa de investigação que procura entender o sucesso da ação coletiva através de soluções internas ao grupo, contrastivamente às soluções externas onde tal sucesso é obtido através de coerção ou da aplicação de um sistema eficiente de incentivos seletivos.

Segundo Oresntein (1998), existe uma assimetria no centro do modelo de Olson: o custo de cooperação é maior que o impacto da contribuição individual para a produção do bem coletivo. Desse modo, a participação de cada indivíduo isoladamente, no caso de um grupo de trabalho de médio a grande porte, não é tão facilmente percebida.

Além disso, segundo o referido autor, a produção da ação coletiva requer um dispêndio de tempo e recursos e, normalmente, o custo do provimento do bem costuma ser maior que a primeira unidade de benefício gerada para cada indivíduo, além do fato de não se perceber, a curto prazo, esse bem coletivo. Pesando esses fatores em um cálculo, é mais vantajoso deixar que os outros arquem com o ônus da produção do bem, obtendo-o sem custo, visto se tratar de bem coletivo inclusivo, como explicitado anteriormente.

Algumas abordagens críticas destacam a redução do problema da cooperação,

tal como apresentada no jogo envolvido no Dilema do Prisioneiro. North destaca que

(...) os aspectos mais sombrios da análise de Olson e do dilema do prisioneiro refletem a natureza estática da análise e o fato de que é um jogo de um lance apenas. Ou seja, quando o jogo do dilema do prisioneiro é jogado apenas uma vez, é uma estratégia dominante para os jogadores falharem e portanto, não alcançarem o que seria uma resposta eficiente, no que diz respeito ao bem-estar dos jogadores. Entretanto, é bem-sabido que a falha não é necessariamente a estratégia dominante se a situação se repete seguidamente, como são muitos problemas de ação coletiva. (NORTH 1990, tradução livre de Rafael Damasceno, p.8)

Nesse caso, a inserção de jogos alternativos, como jogos com múltiplos lances, pode trazer uma diversidade de outros resultados, onde a cooperação universal pode representar a solução ótima.

Os superjogos da ação coletiva também aparecem com maiores possibilidades. Os superjogos são jogos que se repetem e partem da premissa que os processos interativos da sociedade são ciclos dinâmicos de repetições e raramente são compostos por jogos de um único lance, como o Dilema do Prisioneiro. Dessa forma, os superjogos proporcionam um acúmulo de história, permitindo a atuação da memória e produzindo um nível de cooperação maior (Oresntein, 1998).

Para Oresntein (1998), a heterogeneidade de indivíduos, aleatoriamente distribuídos na população, pode resultar em um número maior de cooperadores diretamente proporcional ao tamanho do grupo. Assim, quanto maior o grupo maior a possibilidade de um grande número de cooperadores incondicionais, contrariando as proposições de Olson (1999, p.47) de *“quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de provimento do benefício coletivo”*.

Como a variedade de situações, motivações e de grupos, Claus Offe e Helmut Wiesenthal (1984) redigem a mais citada crítica a “teoria geral da ação coletiva” de Olson. No ensaio *Duas Lógicas da Ação Coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização*, Offe e Wiesenthal (1984) apresentam outra vertente crítica ao individualismo metodológico, através da análise sociológica das classes sociais.

Essa perspectiva trabalha com a essência dos atores, as distinções classistas. Para esses autores, as ações coletivas estão ligadas às classes, aos interesses das classes e às suas essências. Para o autor, as associações diferem substancialmente no funcionamento e desempenho e essas diferenças são “consequências e manifestações de relações antagônicas de classe” (Offe e Wiesensthal, 1984 p 62). Nessa ótica, o êxito da ação coletiva dependerá de componentes relativos às classes sociais, entre eles os papéis sociais da classe, a formação educacional e política, e as formas de organização coletiva.

Ao prosseguir com a construção desse percurso teórico, é importante ter sempre em vista que o estudo em questão aborda a ação coletiva entre empresários. Dessa forma, como destaca Bianchi (2007), mesmo havendo uma organização em formato de associações que proporcione trocas e empreendimentos coletivos, o fato de se tratar de um grupo de empresários, está estabelecido o ambiente de concorrência intercapitalista, onde a intensidade é variável, assim com os fatores de agregação e os sentidos motivadores da ação coletiva. O autor supracitado, através de uma abordagem marxista, estabelece uma abordagem mais complexa do problema estudado, em relação às teorias essencialistas, levando em consideração a heterogeneidade social dos empresários e o caráter contraditório da ação em busca da reprodução capitalista, como as contradições entre a reprodução universal do capital e a manutenção das unidades particulares de capital encarnadas pelo empresário (Bianchi, 2007).

Bianchi (2007, p. 117) aborda a ação coletiva a partir das relações de força, destacando os conflitos no processo de estabelecimento da ação. No “enfoque relacional” proposto pelo autor, essas relações são estabelecidas historicamente através dos conflitos sociais.

Para Bianchi, são as “relações de forças que se estabelecem em contextos históricos específicos e que permitiriam apontar as raízes e a trajetória de desenvolvimento destes processos políticos” (BIANCHI, 2007, p 127). Essa abordagem do autor apresenta uma crítica marxista às teorias essencialistas da ação coletiva, em virtude do seu caráter a-histórico, que remete a abstrações estáticas (BIANCHI, 2007).

Mais recentemente as pesquisas de Potete, Ostrom e Janssen (2011) estabeleceram a importância de outros elementos como comunicação, confiança, tipos de bens e regras de manejo de bens para o desenvolvimento de ações coletivas. A partir de suas pesquisas, os autores trazem inúmeros exemplos de resultados em termos de cooperação que perduram no tempo e aponta a necessidade de realização de pesquisas com base em métodos múltiplos, em três níveis de análise: o comportamento humano individual, as variáveis microsituacionais e o contexto sociológico mais amplo.

A perspectiva pragmatista, quando entra em cena, desloca o caráter instrumental da ação coletiva para escanteio e ocupa a via principal com uma gama de elementos complexos ligados à situação cotidiana dos indivíduos e do coletivo. Em Cefai (2009), as associações passam a se enquadrar como um meio de sociabilidade que proporciona a coexistência dos sujeitos e uma experiência cognitiva e normativa capaz de fixar hábitos tanto de conflito como de cooperação. As associações assumem um papel de mobilização de "experiências criadoras", nas palavras de Cefai (2009, p.19), proporcionando sociabilidade, encontros, simpatias, solidariedade e criando experiências compartilhadas. Dessa forma, esse autor demonstra que a ação coletiva produz experimentação e insere a dimensão da emoção como variável fundamental nas tomadas de decisões.

A variável emoção entra no jogo a partir da década de 1990, e passa a compor o grupo de elementos a serem considerados nos modelos para estudo da ação coletiva. As emoções, até então eram tidas como arquétipos do homem altruísta e de um homem emocional, como um mecanismo praticamente irrelevante, e apenas acessório na complementação das teorias da escolha racional (JASPER, 2013). A partir desse momento, causalidades emocionais passam a ocupar um lugar central nos estudos de movimentos sociais. Jasper (2013) aponta que é fundamental uma abordagem que desconstrua os dualismos tradicionais entre emoção e racionalidade, reconhecendo que esse processo é coexistente na interação com o mundo. Valores, normas, ideologias, projetos, cultura, reputação e identidade dos grupos sociais passam a integrar o time de jargões a serem usados para se discutir ação coletiva.

Jasper (2013) ressalta que o elemento reputação, já colocado em pauta por Potete, Ostrom e Janssen (2011), motiva, com frequência, a participação e o sentimento de pertencimento ao grupo e garante a permanência dos indivíduos em tais grupos, fortalecendo a identidade coletiva, que se constitui em grande medida a partir da memória. A importância da memória na manutenção das coletividades é reforçada por Pollack (1989) quando traz a tona Halbwachs, “[...] acentuando as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (Pollack, 1989, p. 3). Essa memória é construída social e individualmente; enquanto memória herdada, possui uma ligação muito estreita com o sentimento de identidade que, por sua vez, se forma a partir de disputas e conflitos cotidianos entre grupos (Pollak, 1992).

Jasper (2013) reforça que a identidade coletiva exerce impacto causal através das lealdades afetivas que produz, reforçando a existência do grupo. Dentro dessa tradição que relaciona identidade e ação coletiva, Polleta e Jasper (2001, p. 285) trazem uma definição que agrega elementos de ligação cognitiva, emocional, moral entre indivíduo e comunidade e se expressa em formas culturais, onde elementos como “nomes, narrativas, símbolos, estilos verbais, rituais e vestimenta” são mais importantes na superação dos dilemas do *free rider* do que os mecanismos apontados por Olson (1999).

Os laços de confiança estabelecidos, as redes de relação e as cadeias de organizações associativas constituem variáveis bastante estudadas e de importância fundamental para montar o quebra cabeça de elementos que influenciam no sucesso ou insucesso das ações coletivas. Nesse eixo, estão os estudos que trabalham o complexo de fatores sintetizados no conceito de capital social, mobilizado por Robert Putnam em *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna na década de 90*. Esse complexo de fatores será discutido na próxima seção.



## 1.2 O capital social

Nas últimas décadas, um esforço coletivo colocou o termo Capital Social em pauta, o qual recebeu especial atenção de agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e PNUD, para tratamento de questões relacionadas ao desenvolvimento local.

Segundo Robert Putnam (2000), o capital social possui raízes em vários autores, como o educador Lyda Judson Hanifan (1916), os sociólogos canadenses na década de 1950, o urbanista Jane Jacobs (1961), o economista Glenn Loury (1977), o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1985) e o sociólogo americano James Coleman (1990). Esses autores trabalharam o tema em torno da busca por soluções de problemas sempre relativos à ação coletiva, ao bem-estar da coletividade e à apropriação de bens comuns.

No quadro 3, apresentamos os elementos que compõe as concepções sobre capital social em alguns dos principais autores que discorreram sobre o tema; em seguida, o propósito é trabalhar com mais ênfase os elementos que se destacam nas discussões mais atuais e que servem de embasamento para as políticas públicas de desenvolvimento local.

**Quadro 3 - Definição e variáveis que compõem o capital social**

<b>Autor</b>	<b>Definição</b>	<b>Variáveis que compõem o capital social</b>
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais, resultante do pertencimento de rede de relações de conhecimento e reconhecimentos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações e as conexões que a rede pode proporcionar.
James Coleman	É definido pela sua função. É um conjunto de entidades que são um tipo de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos no interior dessa estrutura.	Sistema de apoio familiar. Sistema composto por organizações horizontais e verticais.
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social, tais como: redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Intensidade da vida associativa, participação em associações, busca por informações, participação em eleições, confiança em instituições públicas.
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em ações sociais ( <i>Embeddedness</i> ). As redes sociais são criadoras de capital social, reduzindo os comportamentos oportunistas e aumentando a confiança mútua.	Duração das relações, intimidade emocional, Serviços recíprocos prestados.

Fonte: Adaptado de Milani 2003.

As repercussões recentes alcançadas pelas proposições em torno do capital social se devem aos estudos promovidos pelo próprio Robert Putnam na década de 1990. Um dos elementos fundamentais discutido pelo autor é o compromisso cívico, colocado como um elemento central no desenvolvimento do capital social. O compromisso cívico, existente em grande medida na comunidade cívica, se manifesta em forma de associações recreativas, cooperativas, sociedades de ajuda mútua, participação social nos assuntos públicos, comparecimento às urnas, entre outras estruturas ligadas ao associativismo e à solidariedade coletiva.

Segundo Putnam (2006), o associativismo é umas das principais características que medem o compromisso cívico de uma população. Para o autor, o associativismo reforça os valores sociais, a consciência política, a confiança social e a competência cívica; e, por sua vez, *“a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”* (PUTNAM, 2006, p. 104). Essas características geram círculos virtuosos que *“redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo”* (PUTNAM, 2006, p. 186).

A coexistência dos elementos existentes na comunidade cívica tende a aumentar gerando um círculo virtuoso, assim como com o desuso desse aparato gera um círculo vicioso<sup>3</sup> provocando a diminuição da confiança, do associativismo e também da disposição para cooperação (PUTNAM, 2006, p. 179).

Em *Comunidade e Democracia*, Putnam (2006) atribui uma importância condicionante aos elementos históricos. Segundo o autor, as raízes históricas condicionam a comunidade cívica e o desempenho das instituições. Putnam aponta o exemplo de regiões da Itália cujos padrões sociais que remontam à Idade Média são fundamentais para explicar o fato de algumas comunidades serem mais aptas a gerir a vida coletiva.

Diante do elemento histórico inserido por Putnam, devemos considerar muito seriamente a perspectiva sócio-histórica de Charles Tilly (MONSMA, 1996) quando afirma que as transformações estruturais advindas com o capitalismo industrial representaram um aumento das organizações sociais e uma mudança na forma das ações coletivas.

Tilly vincula as mudanças nos repertórios de ação coletiva aos processos de longo prazo e em grande escala, que provocam a mudança social, em especial o desenvolvimento do capitalismo nos Estados nacionais. Esses processos alteram de modo fundamental o contexto da contestação popular e, portanto, o conteúdo dos

---

<sup>3</sup> Putnam (2006) aponta em *Comunidade e Democracia*, que a oferta de recursos como a confiança e as cadeias de relações pessoais tendem a se reforçar e se multiplicar, formando chamado círculo virtuoso e a desconfiança e a falta de reciprocidade, por exemplo, tendem a se alimentarem e se reproduzirem, gerando o círculo vicioso.

repertórios de ação coletiva [...] (MONSMA, 1996, p. 20)<sup>4</sup>.

Robert Putnam foi alvo de uma série de críticas a respeito de suas afirmações sobre a força do elemento histórico no desenvolvimento do capital social. Os institucionalistas – Douglass North e Mancur Olson - inserem nessa discussão a importância do aparato institucional. “Para eles, as instituições, sejam elas formais ou informais, cumpre (sic) um papel determinante na formação de capital social” (STORINO, 2003).

Com o avanço das discussões e o desenvolvimento dos estudos sobre as regiões na Itália, Putnam (2006) passa a incorporar a importância das reformas institucionais no incremento das mudanças de atitudes e valores no processo de aprendizado social.

Segundo North (1990), as instituições são os códigos que regem a interação humana, elas criam um ambiente de reduzidas incertezas para a vida cotidiana e guiam as interações humanas a fim de que as pessoas saibam como reagir aos eventos sociais e econômicos cotidianos. Essas instituições podem ser formais ou informais, como convenções ou códigos de conduta ou mesmo leis formais escritas. O papel das instituições em uma sociedade é a redução das incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para a interação. O autor aponta, ainda, que a moldura institucional influencia diretamente o formato e o surgimento das organizações – corpos políticos, econômicos, sociais e educacionais - que fazem parte da formação e fortalecimento do capital social,.

As proposições de Tendler (1997) reforçam a importância de se considerar as instituições nesse debate. Ao estudar a gestão de programas sociais do governo do Ceará, nas décadas de 1980 e 1990, a autora verificou o aumento da eficiência de programas governamentais em uma região historicamente mergulhada na prática do clientelismo, com estabelecimento de relações desiguais e verticalizadas.

Segundo a autora, o sucesso de tais programas está relacionado à ação do governo que agregou agentes da sociedade na implementação dos programas, promovendo uma descentralização e colocando nas mãos da comunidade a

---

<sup>4</sup> Apresentação de Karl Monsma da obra de Charles Tilly, *Coerção, Capital e Estados Europeus*.

decisão sobre alguns aspectos da execução. Agentes da comunidade foram incluídos no controle de algumas etapas, o que gerou uma adesão e compromisso dos participantes, aumentando a confiança nos agentes do governo, gerando um impacto positivo na capacidade da população se mobilizar em torno do bem comum. Essa atuação institucional se desdobrou no fortalecimento do capital social, mostrando que as instituições públicas possuem caráter vital nesse processo.

Preocupado com a compreensão das redes sociais em interface com as atividades econômicas, Granovetter (1995), importante referência da sociologia econômica, inseriu no debate a noção de *embeddedness* (enraizamento). Esse conceito passou a ser amplamente estudado e incorporado a teorias do campo organizacional e territorial, gerando impacto sobre as concepções de capital social. Segundo o autor, as relações econômicas estão enraizadas em relações sociais, e que

[...] nascidas de motivos puramente econômicos, relações econômicas repetitivas tornam-se, frequentemente, revestidas de conteúdo social, que enseja forte expectativa de confiança e ausência de oportunismo (GRANOVETTER, 1985, P.61).

Dessa forma, Granovetter (1985) reforça a ocorrência do círculo virtuoso de Putnam (2006), reafirmando que as redes sociais são criadoras de capital social e reduzem as incertezas entre agentes econômicos.

Essa pluralidade explicativa tem estreita relação com a diversidade epistemológica que orienta a produção do conhecimento sobre capital social, especialmente em torno de um enfoque sociopolítico e um enfoque utilitarista-econômico. Os vários elementos que compõem o capital social e as diversas abordagens metodológicas para entender os reais efeitos do capital social sobre o desenvolvimento comunitário, das organizações, das formas de governos, dos grupos reivindicatórios, requerem um esforço ainda maior na releitura do conceito dominante e em testes empíricos para verificação da aderência do conceito e sua reformulação com base em contextos diversos. Esse processo não pode deixar de fora a discussão de elementos fundamentais já problematizados, como confiança, participação, instituições, redes sociais, fatores históricos, identitários e emocionais.

## **Conclusão**

Nesse capítulo, apresentamos contribuições extraídas das principais discussões sobre as ações coletivas e o desenvolvimento do capital social. Destacamos as ações coletivas na perspectiva utilitarista de Olson (1999) e de um de seus críticos, Oresntein (1998), e em outras perspectivas, como a de North (1990) e de Offe e Wiesenethal (1984).

Quanto às discussões sobre capital social, partimos das concepções de Putnan (2006) e ressaltamos as perspectivas de Granoveter (1985), North (1990), Tilly (MONSMA, 1996). Ainda trabalhamos alguns aspectos sobre a importância das instituições do desenvolvimento do capital social.

Em seguida apresentaremos os primeiros estudos relativos a aglomerados empresariais e avançamos até a formação do conceito de Arranjo Produtivo Local utilizado no Brasil e adotado nesse trabalho.

## **CAPITULO II**

### **2. O CONTEXTO DE ANÁLISE: OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**

O aspecto territorial assume uma posição central na constituição do objeto desse trabalho, com foco em um tipo particular de território regional: os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Dessa forma, houve uma preocupação em aprofundar as reflexões sobre tal tema. Nesse capítulo será apresentado o contexto de surgimento dos estudos a respeito do desenvolvimento territorial com base em aglomerados de empresas, assim como identificação das correntes teóricas que conduziram a abordagem atual sobre o tema dos arranjos produtivos locais no Brasil.

Segundo a Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - REDESIST (2008) “o termo aglomeração – produtiva, científica, tecnológica e/ou inovativa – tem como aspecto central a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e outras organizações públicas e privadas)”.

A REDESIST salienta, ainda, que

[...] uma questão importante, associada a este termo, é a formação de economias de aglomeração, ou seja, as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo acesso a conhecimento e capacitações, mão-de-obra especializada, matéria prima e equipamentos, entre outros (REDESIST, 2004, p.18).

A partir da década de 1980, o destaque de algumas regiões do mundo em termos de desenvolvimento econômico atraiu a atenção de especialistas de diversas disciplinas. Essas experiências se referem tanto aos distritos industriais italianos, com predominância de pequenas empresas, como também de ambientes onde essas pequenas firmas coexistiram com grandes corporações, como o distrito de Baden-Wurttemberg na Alemanha e no Vale do Silício nos Estados Unidos. Nesse contexto, o fator regional passou a ser considerado um elemento de grande vantagem competitiva.

Diante desse locus profícuo, diversas vertentes de investigação se debruçaram

sobre o tema, tornando a tarefa de sistematização das linhas de influência teórica, presentes nas diversas abordagens, um tanto quanto exaustiva. Partindo de uma sistematização extensa produzida por Vale (1999), é possível identificar as principais vertentes sintetizadas por Storper (1997), Cassiolato e Lastres (2002) e Schimitz (2003) que conduzem as discussões sobre APL's.

**Quadro 4 - Quadro sintético de vertentes de estudo sobre APL's**

<b>Autor</b>	<b>Vertentes identificadas pelos respectivos autores</b>
Storper	Instituições
	Organização industrial e transações
	Mudança tecnológica e aprendizado
Cassiolato & Latres	Economia neoclássica
	Economia e gestão de empresas
	Geografia econômica e ciências regionais
	Economia neo-schumpeteriana sobre sistemas de inovação
Schimitz	Nova geografia econômica
	Economia dos negócios
	Economia regional
	Literatura sobre inovação

Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Vale (1999).

Nesse trabalho, serão consideradas duas abordagens identificadas por Cassiolato e Lastres (2002): a geografia econômica e regional e a economia neoshumpeteriana sobre sistemas de inovação. A primeira abordagem parte dos estudos dos distritos industriais italianos e a segunda se insere na abordagem dos sistemas produtivos e inovativos locais. Essa escolha está diretamente relacionada com a opção pelo conceito de Arranjos Produtivos Locais a ser utilizada, cunhada pelos autores supracitados, pertencentes a REDESIST.



## **2.1 Marshall e Schumpeter: elementos fundamentais na cunhagem do conceito de APL**

Várias reflexões sobre o desenvolvimento local buscam nos trabalhos de Marshall as referências para o entendimento das concentrações geográficas das atividades econômicas e inovativas. O conceito de distritos industriais foi cunhado por Marshall no fim do século XIX, a partir de suas observações sobre o padrão de organização das pequenas firmas têxteis, de cutelaria e gráfica. As características básicas indicadas por Marshall para os modelos clássicos de distritos industriais apontam em muitos casos

[...] alto grau de especialização e forte divisão de trabalho; acesso à mão-de-obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes (BRITO e ALBAGLI, 2003, p. 13).

Dessa forma, esse aglomerado de empresas pode usufruir de ganhos de escala, reduzindo custos e gerando economias externas, que são ganhos não comercializáveis, como disponibilidade de mão de obra qualificada e disponibilidade de serviços de suporte.

A partir das colocações de Marshall se desenvolveram diversos estudos sobre os distritos industriais, inicialmente, a partir da observação de experiências na Itália. Os distritos industriais italianos foram os que mais se aproximaram do tipo ideal de Marshall, como mostra Amaral (2002)

Uma característica do distrito industrial é a sua concepção como conjunto econômico e social. Pode-se falar que há uma estreita relação entre as diferentes esferas social, política e econômica, com o funcionamento de uma dessas esferas, que por sua vez é medida pelo funcionamento e pela organização das outras esferas. O sucesso dos distritos repousa não exatamente no econômico real, mas, largamente, no social e no político institucional (AMARAL, 2002, p.13).

Outro elemento importante que veio compor as concepções sobre o desenvolvimento local surgiu a partir das grandes transformações mundiais, do ponto de vista do rompimento de barreiras e de uma integração global, proporcionando mudanças importantes nos processos produtivos.

Uma das transformações centrais, segundo Cassiolato e Lastres (2003), são as mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento econômico, o que suscitou o deslocamento do foco de análise da empresa individual para o sistema de relações entre as empresas e as demais instituições inseridas em um espaço geográfico definido. A partir desse processo, passou-se a privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas organizações se inserem.

Esse novo rumo influenciou diferentes abordagens teóricas, destacando-se,

[...] particularmente, a literatura neo-schumpeteriana sobre sistemas de inovação, que lança e desenvolve o conceito de sistemas nacionais de inovação exatamente quando se avoluma a discussão sobre um mundo pretensamente integrado globalmente marcado por uma dimensão “tecnoglobal” (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p. 36).

A partir das contribuições dessa escola, desenvolve-se um aparato que incorpora os temas inovação, aglomeração e flexibilidade produtiva aos estudos sobre o território e o regional. Segundo Lastres e Ferraz (1999, apud VALE, 2006), a inovação incorporada nessa análise se desenvolve de uma forma mais abrangente, podendo ser de cunho tecnológico voltado para o desenvolvimento de conhecimento sobre formas de produção, comercialização de bens e serviços. Pode ser de caráter mais organizacional, introduzindo meios de coordenação de empresas, fornecedores e demais agentes inseridos no processo.

A inovação tecnológica, na perspectiva de Schumpeter e dos neoschumpeterianos, impulsiona o desenvolvimento econômico. Essa relação de inovação com desenvolvimento econômico aponta que os fatores básicos do processo de transformação da economia é a geração de inovações (produtivas, tecnológicas, organizacionais, institucionais etc.). A difusão dessas novas tecnologias cria um ambiente profícuo aos fatores não econômicos, que possuem caráter sistêmico, considerados como trajetória cumulativa e desenvolvidos historicamente, que influenciam o desenvolvimento econômico. Assim, a inovação é vista como sendo gerada pela relação interfirmas, e por uma complexa rede de relações interinstitucionais dependente de contextos sociopolíticos (Cassiolato, 1992). A partir das concepções de Schumpeter,

surgiu o conceito de Sistema Nacional de Inovações, que segundo os seus seguidores, são frutos de uma ampla relação entre universidades, empresas privadas e governos.

O conceito de Arranjos Produtivos Locais no Brasil tem sido desenvolvido a partir desses esforços, envolvendo estudos sobre os distritos industriais italianos com a incorporação do conceito schumpeteriano de inovação e a importância dos fatores, como a proximidade geográfica, destacada por Marshall (AMARAL, 2002).

Trabalhos realizados em diversos países (EUA, México, Itália e França) apresentam elementos em comum com os tipos de distritos industriais: especialização, capital social, estratégias coletivas, fatores de ordem social, história, tradições e aparato institucional. A partir disso surge um conceito dotado de elementos que buscam dar conta do caso brasileiro, onde os arranjos produtivos locais se encontram em estágios de desenvolvimento em relação a outros países, como aponta Amaral (2002)

[...] após um período de tentativas de transposição descuidadas em torno de algumas noções, pesquisadores e formuladores de políticas parecem ter evoluído para uma tropicalização do conceito ou da estratégia, fixando-se em torno da noção de arranjos Produtivos Locais - APLs (Amaral, 2002, p. 21).

Uma experiência bem sucedida de construção de um conceito válido contextualmente para os Arranjos Produtivos Locais no Brasil encontra-se no aparato teórico conceitual acumulado pela REDESIST: uma série de princípios básicos que orientam a conceitualização de APL's (NUNES, 2004):

- a) Os APL's são uma unidade de estudo que fogem ao tradicionalismo das empresas individuais, onde a interação organização e território ocorre em recortes geográficos mais rígidos;
- b) Aglutinam os diversos agentes atuantes na cadeia produtiva: as empresas, organizações de pesquisa e desenvolvimento, educação, financiamento, estado, etc;
- c) O APL abrange o locus real onde ocorrem as trocas de experiências e

onde surge a necessidade de cooperação;

- d) É um espaço adequado à aplicação de políticas e incentivos a cooperação, inovação, aprendizado e criação de capacitações.

O conceito de APL desenvolvido pela REDESIST, resultado de mais de 15 anos de trabalho, tem sido a base para os estudos desenvolvidos no Brasil, assim como base adotada pelas agências públicas de fomento aos APLs. Dessa forma, adotamos o conceito cunhado pela REDESIST nesse trabalho, na forma como apresentado por Albagli e Brito (2003):

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p. 40)<sup>5</sup>.

A partir do esforço dos pesquisadores brasileiros e dos estudos sobre as experiências das várias regiões em países da Europa (com destaque para o norte da Itália) e nos Estados Unidos, o sucesso das aglomerações produtivas e os benefícios para o desenvolvimento local foram colocados em evidência. Esse sucesso se destaca principalmente através da capacidade de geração de empregos e renda, mesmo em regiões mais distantes dos grandes polos industriais, em especial dos arranjos de micro e pequenas empresas.

A postura governamental brasileira, após a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, empreendeu uma gestão baseada em projeto que proporcionassem maior equidade social. Dessa forma, o segmento empresarial das MPEs e a forma de organização das empresas em arranjos produtivos passaram a ser encarados como um importante instrumento de inclusão social, geração de emprego e renda, incentivo à inovação tecnológica e ao

---

<sup>5</sup> Citado por ALBAGLI, S; BRITO, J. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - REDESIST, Rio de Janeiro, 2003.

fortalecimento da economia.

Esses fatores influenciaram iniciativas principalmente em forma de políticas públicas do governo federal. O desenvolvimento local baseado em Arranjos produtivos passou a contar com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT - que lançou o Programa de Apoio a Inovação nos Arranjos Produtivos Locais.

Em 2004, foi instituído, através da portaria 200 de 03 de agosto de 2004, o Grupo de Trabalho Permanente em Arranjo Produtivo Local – GTP APL - reunindo diversas instituições - Sebrae, Agência de Promoção de exportações e Investimentos do Brasil - APEX Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Sistema Ciência & Tecnologia, Ministério da Integração, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil , Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Ministério das Minas e Energias - que atuam com a ótica baseada em APL.

O GTP APL surgiu com o intuito de elaborar um Plano de desenvolvimento único para os APLs, com intuito de evitar sobreposições e pulverização de ações advindas de instituições diversas. O grupo de trabalho busca ainda, promover a difusão do conhecimento sobre a atuação no APL e um alinhamento do trabalho entre as agências locais e regionais, criando uma estratégia de ação integrada.

## **Conclusão**

Nesse capítulo, buscou-se estabelecer a relação entre ações coletivas e capital social, supondo-se uma conexão virtuosa entre a articulação desses elementos e o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Buscamos, assim, aprofundar as discussões sobre uma importante faceta a respeito do sucesso de aglomerados empresariais: o ambiente relacional. No capítulo III, realizaremos uma descrição de características socioeconômicas do município de Vila Velha, uma comparação com a Região Metropolitana da Grande Vitória

e com o estado do Espírito Santo. Além disso, introduziremos algumas considerações sobre a indústria de confecções no âmbito internacional, nacional e local, melhor situando o leitor perante nosso objeto de pesquisa.

## **CAPÍTULO III**

### **3. O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DE VILA VELHA**

O conceito de APL adotado nesse estudo e, em certa medida, todas as concepções de aglomerações produtivas, incluem em seu escopo algum critério relacionado a aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais.

Dessa forma é importante, para desenvolvimento desse estudo, a realização de uma caracterização da região abordada, incluindo o contexto econômico, histórico e social onde está imerso o APL. Nesse caso, a caracterização socioeconômica da região aponta elementos fundamentais para o entendimento da formação do arranjo e sua importância local. Dentre esses elementos se destaca a importância econômica do setor para a geração de renda na região e a geração de receita municipal.

O setor têxtil e de confecções é composto por vários segmentos, assim demandando uma nota de esclarecimento relativa à sua abrangência. A indústria do vestuário está inserida na indústria de confecção que, por sua vez, está inserida no setor têxtil. Esse setor inclui uma gama heterogênea de produtos e segmentos, como fiação, tecelagem, malharia, beneficiamento, cama, mesa e banho, vestuário e acessórios. O processo produtivo do setor inclui três fases principais: fiação, tecelagem e a confecção como última etapa. A confecção engloba o desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte, costura e estamparia. Essa última etapa contém a maioria dos elementos existentes no APL estudado, porém o levantamento de dados secundários nesse capítulo, para caracterização do setor, somente foi possível incluindo todas as fases do processo produtivo do setor.

Nesse capítulo, será realizada uma caracterização socioeconômica da região

de estudo, utilizando sempre como parâmetro de comparação os principais municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória- RMGV - onde está inserido o município de Vila Velha, o local do APL de confecções estudado. Essa caracterização irá abranger um apanhado contextual sobre o cenário mundial e nacional de inserção do setor, a importância do setor Têxtil e de Confecções no Brasil, no Espírito Santo e no Município de Vila Velha, assim como um desenho do processo de surgimento das facções no Espírito Santo e na região estudada.

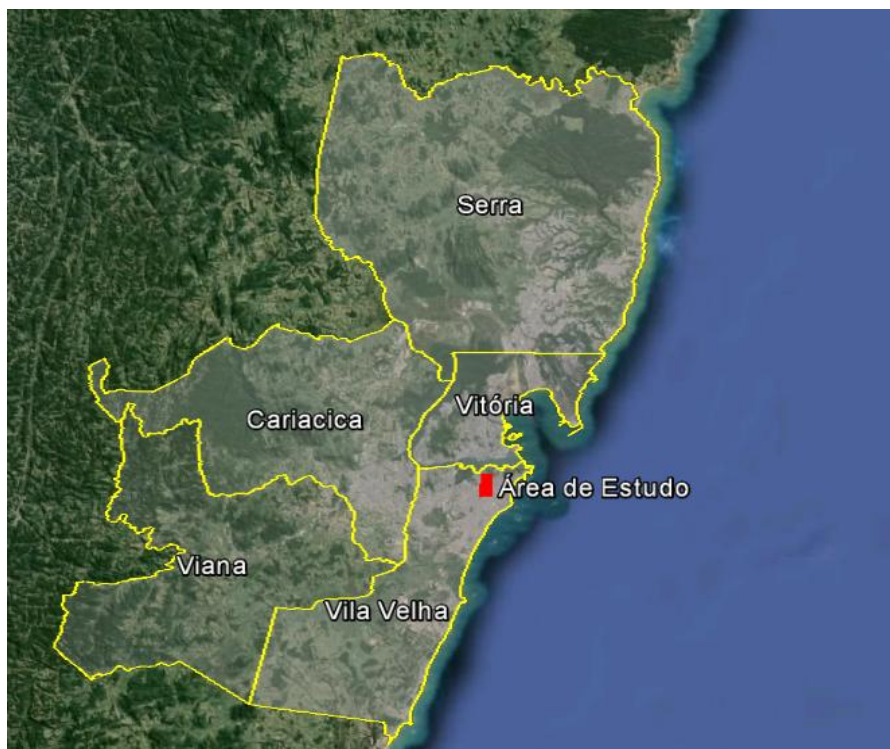
### **3.1 Caracterização do contexto socioeconômico local**

O Polo de Confecções da Glória e o Polo Industrial de Santa Inês se localizam respectivamente, nos bairros da Glória e Santa Inês (figura 1 e 2 a seguir), no município de Vila Velha que, por sua vez, compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Espírito Santo. Essa unidade urbana integrada é constituída por regiões intraurbanas (bairros e zonas econômicas) especializadas no provimento de serviços pessoais e produtivos, resultando em um conjunto de atividades econômicas particulares, semelhantes aos centros do restante da RMGV. A região metropolitana apresenta uma configuração onde aparecem áreas industriais, comerciais, regiões residenciais de alto padrão econômico, regiões periféricas marginalizadas com altos níveis de violência e vulnerabilidade social e áreas no limite entre rural e urbano.

Compõem a região sete municípios: Vitória, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha, totalizando uma área de 2.319 km<sup>2</sup>, o que equivale a 5,03% do território estadual. A região com população mais adensada é composta por cinco municípios, Vitória, Vila Velha, Viana, Serra e Cariacica (figura 1 e 2). Esses municípios constituem uma área urbana contígua, enquanto Guarapari e Fundão possuem seus centros mais afastados e separados dessa conturbação, com grande parte de seus territórios formados por áreas rurais.



**Figura 1 - Mapa representando os 05 municípios mais populosos da RMGV**



**Figura 2 - Mapa representando os Bairros da Glória e de Santa Inês, área de estudo**



Fonte: Carta Imagem Google Earth 2013. Limites municipais e dos bairros Instituto Jones Santos Neves. Elaboração e edição final própria.

O município de Vila Velha é o mais populoso da RMGV. A partir da década de 1950, a implantação de obras de infraestrutura rodoviárias colaborou para o grande crescimento demográfico do município, que chegou a 9,33% ao ano entre 1950 e 1960 e 8,17% ao ano entre 1960 e 1970. Em 2000, o município passou a ser o município mais populoso do Espírito Santo. Atualmente, a população é de 414.586 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE (Tabela 1), com projeção de 472.762 pessoas em 2015 (IJSN, 2016). De modo geral, esse movimento foi comum em todo o país, decorrente dos fatores de atração populacional, como o desenvolvimento industrial dos centros urbanos e a oferta de postos de trabalho, por sua vez, combinados com os fatores de expulsão da população do campo. Os bairros da Glória e Santa Inês, recorte do estudo, estão entre os bairros mais populosos do município. Na tabela 01, podemos visualizar o contingente populacional da região de estudo comparativamente ao restante dos recortes geográficos mais importantes do estado em 2010.

**Tabela 1 - População residente por recorte geográfico**

<b>Recorte geográfico</b>	<b>População</b>
Espírito Santo	3.514.952
Grande Vitória – ES	1.687.704
Vila Velha – ES	414.586
Bairro da Glória - Vila Velha – ES	7.900
Bairro de Santa Inês - Vila Velha – ES	6.786

Fonte: IBGE Censo 2010.

Segundo informações oferecidas pela Prefeitura Municipal de Vila Velha (2016), a economia do município é baseada em três pilares: sendo primeiro os setores de comércio e serviços, o segundo o setor industrial de transformação e o terceiro o setor de logística. O setor logístico inclui um complexo portuário, ferroviário, rodoviário e retroportuário de fundamental importância para o estado, com destaque para as empresas de apoio ao comércio exterior, de transporte e armazenagem de cargas, de serviços aduaneiros e de outros serviços voltados ao mercado internacional. Na indústria, uma das principais atividades econômicas locais, se destacam os polos de confecção dos bairros

Glória e Santa Inês, a Indústria de Chocolates Garoto e a indústria ligada ao setor portuário.

O setor da construção civil também é um importante gerador de receita e empregador no município. Em menor escala também são encontradas no município atividades ligadas Indústrias leves (alimentos, e bebidas), Turismo (histórico, cultural e natural), Agricultura, Pesca e Esportes.

Esse perfil econômico municipal, em 2013, era sustentado por uma maioria de micro e pequenas empresas, constituindo 69,4% das unidades instaladas e as médias e grandes empresas representam 30,6% das unidades, segundo a Prefeitura Municipal de Vila Velha (2013). Nesse contexto econômico, o município de Vila Velha é o terceiro em pessoal ocupado, segundo dados do IBGE em 2014, tabela 2, abaixo.

**Tabela 2 - População Economicamente Ativa Ocupada em 2014**

<b>Município</b>	<b>Pessoal ocupado</b>
Vitória	262051
Serra	154546
Vila Velha	130.124
Cariacica	67.269
Viana	15.355

Fonte: IBGE Cidades 2016

O IBGE aponta ainda, o município ocupando o terceiro lugar no ranking do PIB per capita em 2014, na Grande Vitória (tabela 3). Esses dados relativos à PEA e ao PIB consolidam o município como o terceiro mais importante economicamente da Grande Vitória, atrás de Vitória e Serra, cujos parques industriais são compostos por duas das maiores siderúrgicas do mundo: a Companhia Siderúrgica Vale e a Companhia Siderúrgica de Tubarão.

**Tabela 3 - PIB Per Capita a preços correntes em 2013**

<b>Município</b>	<b>PIB per Capita</b>
Vitória	64.001,91
Serra	33.039,02
Vila Velha	21.914,19
Viana	20.217,10
Cariacica	18.371,00

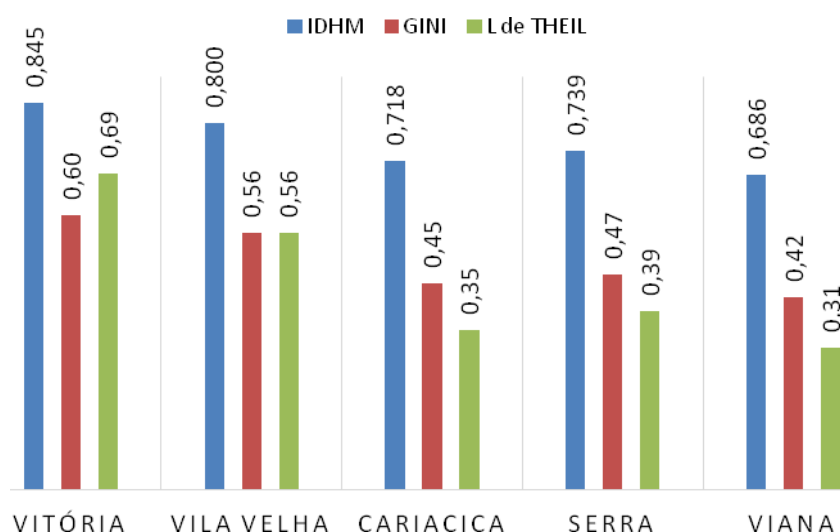
Fonte: IBGE Cidades 2016

Quanto ao nível de desenvolvimento social, a apresentação de alguns números ilustra a situação do município de Vila Velha, elevando a importância do APL estudado como mecanismo de geração de renda, mas também pela demanda por formação técnica, por sua vez, vinculada ao ensino fundamental e médio. Segundo dados do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016), observa-se, no município, a repetição dos indicadores apurados para a maior parte do país: a distorção série idade e sua elevação à medida que avançam nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, em 2015, 18,2% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e nos anos finais 38,6%, chegando a 26,8% de defasagem entre os que alcançam o 9º ano e estão prestes a entrar no ensino médio,

Com relação à inserção de no mercado de trabalho, em 2011, havia menor representação das mulheres. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 45,6% em 2011 e o percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 80,5% em 2011, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior o percentual passa para 62,4%.

A seguir apresentamos o IDHM, o índice de GINI e L de THEIL, como medidas para mensurar o desenvolvimento humano e a desigualdade em termos de renda (Gráfico 1).

O município de Vila Velha, em 2010, apresentou um IDH de 0,800, considerado muito alto, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), ficando apenas atrás do índice alcançado pela capital do Estado, Vitória (IDH 0,845) e ainda maior que o IDH consolidado da RMGV, que atingiu de 0,772. Porém, quando analisamos os índices de GINI e L de THEIL, verificamos que o município, possui também, os segundos maiores índices de concentração de renda da Região Metropolitana, visto que nesses índices, quanto mais o valor se aproxima de 0 (zero) menor é a desigualdade em termos de renda.

**Gráfico 1 - IDHM, GINI e dos Principais municípios da RMGV**

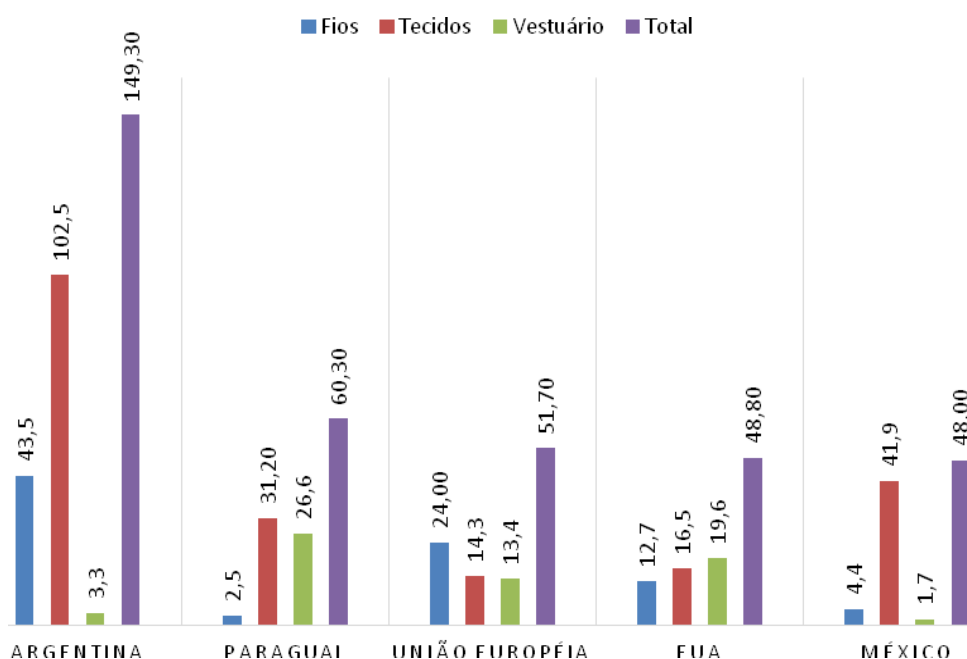
Fonte: Elaboração a partir do Atlas do desenvolvimento Humano, PNUD, 2010

Apesar de o município apresentar IDH mais elevado que a grande maioria dos municípios do Brasil, (0,800), existem algumas fragilidades sociais, como grande defasagem escolar da população e desigualdade de acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres. Reforçando a existência dessa desigualdade, os dados do Instituto Jones dos Santos Neves publicados no Perfil da Pobreza no Espírito Santo (2016) mostram que, Vila Velha, cerca de 18% da população, ou 85.770 pessoas, se encontra inscrita no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e entre esse grupo, entre 62,51% e 69,20% estão na linha da pobreza ou abaixo (IJSN, 2016). É importante considerar que esse número pode ser maior, pois foi considerada apenas a população cadastrada no CadÚnico do governo federal. Esses fatores reforçam a importância do setor como gerador de empregos para população com mais baixa escolaridade e em grande medida para mulheres, na confecção e no comércio.

### 3.2 O setor de confecções no contexto da indústria nacional e Internacional

Segundo dados da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confeções – Abit (2016), o setor têxtil e de confecções, durante o ano de 2015, exportou aproximadamente US\$ 567,7 milhões. Nesse contexto, em 2015, o Brasil as exportações para a Argentina (o maior importador de produtos da indústria têxtil de confecções do Brasil) totalizaram US\$ 149,30 milhões; para o Paraguai foram US\$ 60,30 milhões; e para a União Europeia, US\$ 51,7 milhões. No gráfico 2, apresentamos os cinco maiores exportadores de produtos têxteis do Brasil em 2015.

**Gráfico 2 - Comércio mundial de têxtis e confeccionados 2015 – Bi de US\$**



Fonte: Abit, 2016.

Quanto às importações vindas da China para o Brasil, em 2010, elas somaram US\$ 2.1 bilhões; da Índia, esse valor foi equivalente a US\$ 584 milhões; dos países da União Europeia, US\$ 390 milhões; e da Indonésia, US\$ 310 milhões (Abit, 2012). Diante desse cenário, a Abit apontou em seu Panorama do Setor Têxtil e de Confeções (2011) que o Brasil fechou 2010 com um déficit na

balança comercial para o setor em torno de US\$ 3.5 bilhões; e em 2011, esse foi aproximadamente de US\$ 5 bilhões.

Em grande parte, a elevação desse déficit deve-se às mudanças ocorridas no cenário internacional, com o fim do Acordo Sobre Têxteis e Vestuário, no âmbito da OMC. Esse acordo, firmado em 1995, vigorou por 10 anos, e que se constituía em um documento que disciplinava a incorporação dos produtos têxteis e de vestuário nas regras do comércio de bens na OMC. Esse acordo conferia certo grau de protecionismo aos setores têxteis nacionais, limitando quantitativamente as importações de artigos.

A eliminação das quotas e a consequente redução da proteção aos setores produtivos domésticos colocou a China em situação de vantagem diante do comércio mundial. Esse país, que era responsável por 8% das exportações para o mundo em 1995, passou para 25% em 2006 e 50% em 2010. A ocupação pela China do principal posto no jogo do mercado global de têxteis e confecções se deve a sua elevada competitividade que, de acordo com Souza Rangel (2008), se explica pelo fato de que a

(...) indústria têxtil stricto sensu é uma indústria de baixa tecnologia, não havendo fortes barreiras à entrada. A tecnologia é difundida e disponível no mercado mundial. Entre as empresas líderes dos diferentes países, não há um distanciamento tecnológico radical. Por essa razão, os dois insumos do processo produtivo – mão-de-obra e matéria-prima – desempenham um papel crucial na definição da competitividade dessa indústria. A mão-de-obra, na China, é superabundante e de baixo custo. No caso das matérias-primas, algodão e poliéster, a China também goza de uma situação privilegiada, principalmente no que diz respeito ao poliéster. Além disso, produz domesticamente máquinas têxteis de última geração. (SOUZA, Rangel, et al. 2008, p. 162)

Ainda segundo documento da Abit (2016), em uma análise do custo da mão de obra, pode-se constatar a vantagem da China e de países do continente asiático. De acordo com o documento, em 2015 o Brasil apresentou um custo mais elevado que China, Bangladesh, Vietnam e Índia na produção de vestuário confeccionado. De acordo com a tabela 4, podemos constatar essa afirmação.

**Tabela 4 - Custo de produção de confeccionados 2015 – US\$ por dúzia**

<b>Produto</b>	<b>Brasil</b>	<b>China</b>	<b>Bangladesh</b>	<b>Vietnam</b>	<b>Índia</b>
Camiseta Básica	7,4	6,0	4,0	4,0	6,0
Camiseta Pólo	12,9	12,0	10,0	10,0	12,0
Calça de 5 Bolsos	25,0	18,0	15,0	15,0	18-20
Camisa	23,9	15,0	12,0	12,0	18,0

Fonte: Adaptação de ABIT 2016.

Dessa forma, considerando somente a produção de vestuário, segmento no qual a mão de obra demandada é mais especializada e cujo custo é uma variável fundamental na determinação da competitividade, os países asiáticos estão em grande vantagem em relação aos demais países produtores.

A busca por redução de custos de produção, principalmente relacionados à mão de obra, acentua a tendência de deslocamento de parcela significativa da produção de artigos da cadeia têxtil dos países desenvolvidos (Estados Unidos, União Europeia e Japão) para países emergentes da Ásia, Leste Europeu, Norte da África e Caribe.

Em 2012, com intuito de fortalecimento do setor no Brasil, a ABIT entrou com um pedido para que o governo federal adotasse medidas de salvaguarda para o setor. Essas medidas proporcionariam a desoneração da folha salarial, redução do custo da energia, fim da guerra dos portos e queda na taxa de juros, refletindo positivamente no setor, além de redução e simplificação de impostos federais. O pedido de salvaguarda encontra-se em fase de levantamento de dados e estudo por parte do governo brasileiro.

### **3.3 O setor confecções no Brasil**

O setor de confecções no Brasil sofreu profundas alterações a partir da década de 1990, principalmente com o processo de abertura comercial e a redução de alíquotas para artigos importados. Nesse mesmo período ocorria a implantação do plano Real, que expôs as fragilidades do setor. Esse processo obrigou a



indústria de confecções a uma modernização e reestruturação organizacional e produtiva, buscando um reposicionamento diante da competição internacional.

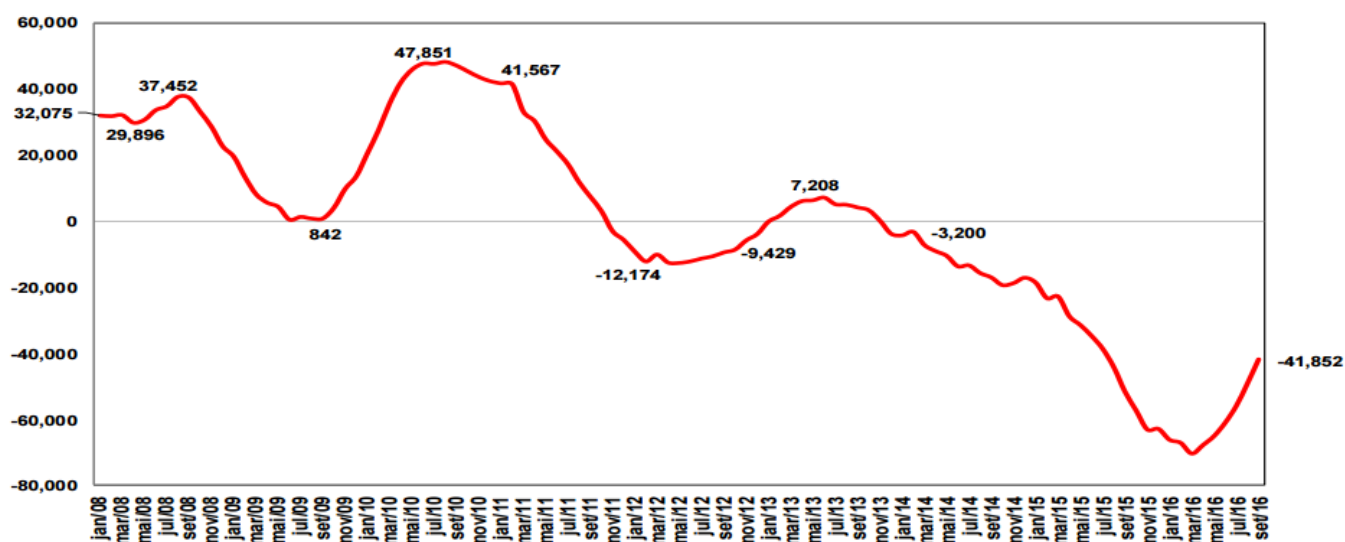
De acordo com Albanese (2008), o setor encontrava-se geograficamente instalado no Brasil da seguinte forma: existe uma grande concentração de empresas na região sudeste, seguida pela região sul, as duas regiões respondendo por 78,11% dos confeccionados, em 2008. Já em 2016, os estados de São Paulo e Santa Catarina são os que mais se destacam, porém outros estados começam a apresentar um crescimento significativo, por exemplo, o Ceará. Em termos de geração de emprego, o estado de São Paulo manteve ocupados 328.378 postos de trabalho; Santa Catarina 192.100 postos; o Ceará manteve 79.100 postos de trabalho; e o Paraná com 98.310 postos (Abit, 2016).

Quando analisada a distribuição das empresas por porte, pode-se notar que a maior parte está concentrada entre as pequenas (70% são micros e pequenas empresas, com até 90 funcionários), sendo 27% médias empresas (de 100 a 499 funcionários) e somente 3% são grandes empresas (acima de 500 funcionários) (Abit, 2011). A grande importância do setor, sob o ponto de vista social, reside em sua capacidade de geração de emprego, pois existe uma intensividade na utilização de mão de obra. Ainda segundo a instituição, utilizando dados do BNDES, nenhum setor da Indústria de transformação tem maior potencial de geração de empregos do que o Setor Têxtil e de Confecção: a cada 10 milhões de faturamento gera-se cerca de 1382 empregos (Abit, 2011).

É importante destacar que o cenário de crise financeira mundial impactou a indústria em geral, incluindo o setor de confecções. O Sebrae (2015b) destaca como fatores importantes nesse impacto o reajuste nas contas de energia, a alta do dólar, os ajustes de conta do governo e o aumento do juro básico. O resultado foi a alta dos custos de matéria prima importada, o aumento de tarifas de energia e a, diminuição de subsídios e de crédito. Diante disso ocorreu uma queda na produção e consequentemente diminuição na geração de empregos. O Gráfico 3 demonstra a queda na geração líquida de empregos entre 2008 e 2016, demarcando exatamente os anos de 2015 e 2016, o

período de acirramento da crise financeira mundial.

**Gráfico 3 - Geração líquida de emprego com carteira assinada na indústria de vestuário, confecções, e acessórios – acumulado em 12 meses.**



Fonte Caged Bradesco, 2016.

Historicamente o setor possui grande potencial de geração de empregos. Destaca-se no relatório Panorama do Setor Têxtil e da Confecção, produzido pela Abit (2011) que a indústria têxtil e de confecções é o principal segmento econômico contratante de mulheres chefes de família; absorve todos os níveis da pirâmide social e educacional e representa uma alternativa consistente para substituição dos programas de transferência de renda em algumas regiões.

### 3.4 O setor confecções no Espírito Santo

O setor de confecções no Espírito Santo tem sua origem a partir da atividade informal, constituído por pequenas confecções de fundo de quintal surgidas a partir da década de 1970. Esse movimento de pequenas “facções”, como são chamadas, estabeleceu-se como uma estratégia de geração de renda, sobretudo para a camada mais pobre da população. Essa população residia em bairros de periferia de grandes cidades localizadas no interior e na Região

Metropolitana de Vitória, principalmente nos municípios de Vila Velha e Cariacica. Esse inchaço dos centros urbanos foi intensificado pelo êxodo rural dos anos sessenta e setenta, devido à crise do café (CALIMAM 2001).

Até meados dos anos 1980, o setor no Espírito Santo era composto por pouco mais de 400 empresas, localizadas em sua maioria no norte do estado, na cidade de Colatina. Após o Plano Cruzado, implantado em 1986, o setor experimentou um grande incremento, atingindo cerca de 1400 empresas e gerando 14000 empregos diretos em empresas formais, até a década de 1990 (ALBANESES JUNIOR, 2008).

Em 2007, o CETECON (Centro Tecnológico da Indústria de Confeção do Espírito Santo) apontou a existência de 1600 empresas e a geração de 23 mil empregos diretos e 3 mil indiretos, sem contar com as mais de 1500 empresas informais. Ainda segundo a instituição, o setor, naquele ano, era composto basicamente por micro e pequenas empresas (98% do setor), com uma receita anual de aproximadamente R\$ 400 milhões que significou, no referido ano, em termos nacionais, uma participação de cerca apenas 1,7% do mercado. O perfil do setor ganhou destaque regional pela sua capacidade de gerar empregos para uma mão de obra com baixa especialização.

O Espírito Santo possui dois polos onde se concentram a produção de confecções: Vila Velha e Colatina. Esses dois municípios respondem por dois terços da produção de confecção do estado, porém ainda existe produção em mais cinco municípios: Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, São Gabriel da Palha, Serra e Vitória. Entretanto, segundo o SEBRAE-ES (2011, p. 2), “o destaque fica para o município de Vila Velha, visto que o Polo de Moda da Glória possui cerca de 1.000 lojas especializadas e exporta aproximadamente 60% de sua produção”.

No ranking realizado a partir dos dados do SEBRAE-ES (2012), a distribuição do número de empresas do setor no estado, em 2012, era a seguinte: em primeiro lugar o município de Vila Velha, seguido por Colatina, Linhares, Cachoeiro do Itapemirim, Vitória, Serra e São Gabriel da Palha.

A APL de confecções da Grande Vitória conta com a participação de uma série de instituições que atuam para a consolidação e desenvolvimento de suas atividades. Destacam-se o Centro Tecnológico das Indústrias de Confeções do Estado do Espírito Santo (CETECON), SENAI, BANDES, Sindicato da Indústria de Confeções de Roupas em Geral do Estado do Espírito Santo (SINCONFEC), SENAC, Centro Universitário de Vila Velha (UVV) e o SEBRAE:

- O CETECON atua na difusão de conhecimento, inovações tecnológicas, e cursos profissionalizantes, o que aumenta a capacidade competitiva das empresas e promove desenvolvimento do setor, através de novas técnicas, implantação de designs, entre outros;
- O papel do SENAI no APL de confecção tem sido, em especial, na promoção de capacitação técnica de mão de obra na área produtiva. São oferecidos cursos com ênfase em vestuário (aprendizagem, qualificação e treinamento) e também voltados para atividades de apoio ao segmento;
- O BANDES incentiva o desenvolvimento do APL especialmente por meio de abertura de crédito;
- O SINCONFEC vem atuando no APL através de consultorias prestadas às empresas, como Consultoria Jurídica, Consultoria ambiental, Consultoria em registro de marcas e patentes, Consultoria em inovação de gestão;
- O SENAC atua de forma similar ao SENAI, disponibilizando cursos, porém na área de moda;
- O UVV confere sua participação na interação do APL de Confeções da Grande Vitória, via o curso Moda Criação e Gestão de Negócios e
- O SEBRAE é a principal entidade de apoio aos APL's do Estado e conduz ações de apoio com foco em capacitação empresarial e fomento à cooperação e apoio à governança através da contratação de consultores locais.

O Arranjo produtivo de confecções no Espírito Santo se encontra em estado de desenvolvimento, necessitando de incremento em termos de moda, qualidade e interação entre os empresários, além de instituições para suprir as demandas de formação de pessoal e inovação em processos e materiais. Atualmente existe a necessidade de uma entrada grande de produtos de outros estados para abastecer o consumo interno do Espírito Santo, segundo o relatório de Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, produzido pela REDESIST (2010).

### **3.5 O APL de Confecções de Vila Velha**

A princípio, o que se delineia é que desenvolvimento do setor de confecções de Vila Velha ocorreu no mesmo período em que o Espírito Santo iniciou o incremento de suas atividades industriais, a partir da crise do café.

Na década de 1960, mais de 60% da População Economicamente ativa (PEA) era empregada no setor agrícola, sendo que a lavoura de café absorvia 80% desse contingente. A política de erradicação instituía indenização por cova arrancada, essa ação se deu associada a políticas de incentivo e financiamento. Esse momento gerou uma disponibilidade de recursos para investimentos, o que proporcionou o início da diversificação econômica da atividade produtiva no Espírito Santo, tanto na agricultura como nos demais setores. Essa política gerou um contingente de mão de obra ociosa, que migrou para as cidades, propiciando o crescimento do mercado urbano. Essa população se deslocou principalmente em dois destinos: ao norte para Colatina e ao centro-sul para a grande Vitória, principalmente Cariacica e Vila Velha. Seguindo a esse momento, a indústria cresceu de forma extraordinária nas três décadas seguintes. A indústria do gênero tradicional se formou a partir de pequenos estabelecimentos, com exceção das empresas do setor têxtil – constituído por duas grandes indústrias localizadas em Colatina e Vitória, produzindo tecidos de algodão e sacos de juta, respectivamente, atendendo o mercado local (Villaça e Dadalto, 2001).

Na década de 1980, a partir da instalação de um número considerável de lojas no bairro da Glória, em Vila Velha, se configurou o que hoje é conhecido como Polo de Confeccões da Glória. Em 1985, foi criado o micro polo industrial de Vila Velha, voltado especialmente para o setor de confeccões. Nesse mesmo ano foi adquirido um terreno de mais de 100.000 m<sup>2</sup> na confluência dos bairros Guadalaraja, Santa Inês e Ibes para instalação do micro polo, posteriormente chamado de Polo Industrial de Santa Inês (Futura, 1994).

A implantação do micropolo em Vila Velha visou justamente contemplar o município mais populoso da Grande Vitória com um projeto da área industrial de grande porte, para dinamizar o setor de confeccões, oferecer mais empregos e oferecer ao município uma maior participação na arrecadação de impostos.

Várias micro e pequenas empresas surgiram de recursos resultantes da erradicação do café e representaram, nesse momento, uma estratégia de geração de renda e manutenção das famílias. Dessa forma, as pequenas confeccões surgiram a partir da utilização da mão de obra familiar, como se pode observar em estudo realizado por ZANQUETTO (1994), que acompanhou a história do surgimento de duas empresas que hoje compõe o Polo de Confeccões da Glória e o Polo Industrial de Santa Inês:

“ inicialmente a empresa ‘A’ utilizava-se de serviços de terceiros na confecção dos produtos que comercializava. (...) no anos de 1989 adquiriu as primeiras máquinas de costura ampliando assim sua capacidade produtiva. A empresa manteve suas instalações em Itapuã [bairro da orla de Vila Vela] até o final de 1992, quando, então, construiu sua atual unidade industrial no polo industrial de Santa Inês em vila Velha. (...) Apesar de apresentar uma estrutura familiar, ao todo 3 dos 4 diretores são parentes próximos, a empresa consegue manter entre os diretores um relacionamento profissional.” (ZANQUETTO p.78)

“A empresa ‘B’ foi fundada em 1984, funcionando inicialmente como comércio varejista de roupas. O empresário adquiria o tecido e mandava a terceiros para que confeccionassem as peças. (...) Em 1987, mudou-se para o bairro Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha. No final de 1988, foram inauguradas consecutivamente 2 lojas no bairro da Glória, em Vila velha, ES (...). Em janeiro de 1993 finalizou a construção de sua unidade industrial no Pólo Industrial de Santa Inês em Vila Velha. (...) A

empresa apresenta uma estrutura familiar com 5 pessoas compondo o quadro de funcionários da empresa (...)"(ZANQUETTO p.78).

A partir dos incentivos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, com a instituição do Polo Industrial de Santa Inês as empresas familiares se ampliaram e se consolidaram no município.

Os dados municipais sobre o setor de confecção datam de 2012. Não foram localizados dados mais recentes. Segundo a Prefeitura Municipal de Vila Velha (2016), em 2012, o setor gerava cerca de 40 mil empregos diretos e indiretos e cerca de 40% dos estabelecimentos capixabas de confecção, se localizavam nessa região do município, gerando um nível de empregabilidade atrás apenas da construção civil. Informações mais recentes disponibilizadas pela Associação do Polo de Moda da Glória, Vila Velha (UNIGLÒRIA), apontam que o APL, em 2016, foi o maior contratante de mão de obra temporária em dezembro. Enquanto foram contratadas cerca de 3 mil pessoas no APL, todos os shoppings da Grande Vitória somados contrataram cerca de 1,6 mil<sup>6</sup>

O Polo de Confecções da Glória e o Polo Industrial de Santa Inês se localizam num raio de três quilômetros do centro de Vila Velha. Segundo informações da Associação dos Lojistas do Polo de Moda da Glória em Vila Velha, Uniglória (2013), em 2012, o Polo representava 7% do valor da arrecadação municipal, cerca de R\$ 40 milhões; era responsável pela circulação anual de cerca de 500 milhões de reais, empregando diretamente 10 mil pessoas, com geração de R\$ 8 milhões em renda, a um salário base de R\$ 800/mês.

O Polo Industrial de Santa Inês contava, naquele ano, com 80 indústrias têxteis instaladas, empregando cerca de 3 mil pessoas. Por ano, o Polo de Santa Inês produzia mais de dois milhões de peças para moda masculina jovem, feminina jovem e criança. A produção era direcionada para varejo local, multimarcas nacional, exclusivos para rede de loja, facções atacadistas nacionais. Diante dessa capacidade de produção, ocupação de mão de obra e geração de renda, o Arranjo Produtivo Local de Confecções de Vila Velha desponta com um papel

---

<sup>6</sup> Informação obtida em entrevista do presidente da UNIGLÒRIA ao Jornal local, disponível em <http://g1.globo.com/espirito-santo/concursos-e-emprego/noticia/2016/09/grande-vitoria-tem-43-mil-vagas-de-trabalho-no-comercio-no-fim-do-ano.html>.

importante para alcance de melhores indicadores sociais no próprio município e na Região Metropolitana da Grande Vitória.

## **Conclusão**

O APL de confecções de Vila Velha é um dos mais importantes do Estado do Espírito Santo, em termos de ocupação de mão de obra e geração de renda, tal como se pretendeu evidenciar a partir do conjunto de dados reunidos. Desempenha um papel fundamental na configuração do contexto socioeconômico da região de Vila Velha, principalmente nas imediações dos Bairros da Glória e Santa Inês.

O setor de confecções nacional se encontra em uma fase de recuperação em relação ao contexto macroeconômico, emergindo de uma crise advinda das desvantagens em relação aos integrantes do setor no mercado mundial. Essa desvantagem se apresenta principalmente frente aos países asiáticos, como China, Bangladesh e Vietnã, nos quais o baixo custo de mão de obra e de insumos e a reduzida carga tributária tornam-se fatores que atuam favoravelmente na elevação da competitividade de seus produtos nos mercados internacionais. No caso brasileiro, a crise do setor tornou-se ainda mais grave com o termino do Acordo Sobre Têxteis e Vestuário no âmbito da OMC, em 2005.

Além de questões relacionadas ao ambiente nacional e internacional, o APL de confecções de Vila Velha enfrenta dificuldades de desenvolvimento que estão situadas no contexto local. Esses problemas estão relacionados a fatores, como governança, atuação de políticas públicas no setor e desenvolvimento do capital social.

No tópico a seguir serão discutidos os dados obtidos na pesquisa de campo realizada diretamente com os empresários e instituições representativas do setor. Essa análise destacará as características do desenvolvimento do capital social no APL.



## **CAPITULO IV**

### **4. O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO**

#### **4.1 Origem e Tipologia das Fontes de Dados**

Com intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizadas informações advindas de fontes primárias – questionários aplicados aos empresários do APL de confecções de Vila Velha, e secundárias – IBGE, IPEA, Prefeitura Municipal de Vila Velha, Governo do Estado do Espírito Santo e Instituto Jones dos Santos Neves. Todos os dados primários utilizados foram levantados a partir da pesquisa de campo realizada exclusivamente para esse projeto de dissertação. Os dados foram coletados em parceria com a Empresa Junior de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

#### **4.2 Coleta de dados e instrumentos utilizados**

Como se mencionou anteriormente, os dados primários utilizados no desenvolvimento desse trabalho foram obtidos através de aplicação de questionário, por meio de entrevista presencial. O instrumento de coleta de dados foi adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI- MCS), desenvolvido pelo Banco Mundial (2003) e se constitui de um instrumento estruturado com questões fechadas de única escolha, múltiplas escolhas e questões com base em escalas de Likert (ANEXO C).

Esse instrumento, utilizado para a obtenção de informações que permitem estimar indicadores de capital social, é estruturado em torno de seis seções (QI- MCS, 2003):

*Grupos e Redes;*

As variáveis, nessa seção, consideram a participação de um membro em

organizações sociais e redes informais, assim como as contribuições dadas e recebidas nessas relações.

#### *Confiança e Solidariedade:*

Essa parte levanta dados sobre a confiança em relação aos empresários que atuam no setor e instituições.

#### *Ação Coletiva e Cooperação*

Essa seção busca informações sobre como os membros do APL atuam com outras pessoas em projetos conjuntos e/ou como resposta a uma crise e considera as consequências do não cumprimento das expectativas em relação à participação.

#### *Informação e Comunicação;*

Esta categoria de questões explora os meios pelos quais os agentes do APL recebem informações relativas às atividades desenvolvidas.

#### *Coesão e Inclusão Social:*

Essa parte levanta informações relativas às formas cotidianas de interação social.

#### *Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação política.*

Nessa última seção, o propósito era averiguar o sentimento de felicidade, a eficácia pessoal e a capacidade dos membros do APL para influenciar tanto eventos locais como respostas políticas mais amplas.

Os dados foram coletados por pesquisadores treinados e com experiência em coletas de dados. O Grupo de pesquisadores foi composto de estudantes finalistas de graduação em Ciências Sociais, integrantes da Empresa Junior de Ciências Sociais, que foram submetidos a grupo de estudo sobre capital social, com a leitura do referencial teórico consolidado nessa dissertação e posterior discussão dos conceitos bases. Porém, a utilização de um questionário com muitas variáveis, como foi o caso do instrumento utilizado, pode provocar o

aumento dos erros cumulativos na amostragem, visto que quanto maior o número de variáveis incorporadas ao escopo da investigação, maior deveria ser a amostra, permitindo um posterior ajuste nas margens de erro por variável estudada, em função de dados faltantes e não respostas.

### 4.3 Seleção da amostra

O plano amostral foi construído a partir do número de empresas que atuam no setor de confecções, instaladas na região de estudo. Esse dado foi fornecido pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, somando 1080 empresas. Esse número se divide entre 1000 empresas no Polo de Moda da Glória, sendo 800 empresas voltadas para o comércio e 200 para serviços e 80 empresas no Polo Industrial de Santa Inês, sendo todas indústrias. Os dados da prefeitura não permitem uma pré-classificação das empresas em Grande, Pequena e Micro empresas. O quadro 3 apresenta a distribuição das empresas por segmento e por localidade.

**Quadro 5 - Distribuição das empresas por segmento e localidade/ bairro**

LOCALIDADE/ BAIRRO	SEGMENTO	QUANT. DE EMPRESAS
Polo de Moda da Glória	Comércio	800
	Serviços	200
Polo Industrial de Santa Inês	Indústria	80

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2013

Esse conjunto de 1080 empresas representa o universo a ser estudado (N). No cálculo do tamanho da amostra (n) considerou-se um nível de confiança de 90%. O Erro amostral (E) tolerado no cálculo da amostra foi de 8 pontos percentuais.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Para conhecimento do cálculo amostral ver Anexo A.

Através da aplicação da fórmula para obtenção de amostras em populações finitas, obtivemos, então, o número de 97 questionários a serem aplicados, o que foi arredondado para 100. O tamanho das amostras está relacionado diretamente a precisão e confiabilidade dos resultados, quanto maior a amostra menor o erro, porém essa tendência apresenta seus limites, a partir de certo ponto a contribuição de ganho ao aumento da amostra se mostra pequeno (FINK, 1995). Juntamente com esse fato é preciso considerar os aumentos de custos relacionados a grandes amostras.

Usualmente utiliza-se nível de confiança de 95% e margem de erro de 5 pontos percentuais. Porém, em função de custos para manter a equipe em campo, foi utilizado nível de confiança e margem de erro de respectivamente 90% e 9 pontos percentuais. Esses valores diminuem a possibilidade de generalização da amostra e aumentam os erros cumulativos. No entanto, para pesquisas exploratórias alguns autores têm utilizado valores semelhantes a esses, principalmente em estudos exploratórios como, por exemplo, a tese de Vale (2006) em estudo sobre arranjos produtivos de móveis de Ubá em Minas Gerais e a dissertação de Oliveira (2011) sobre o Arranjo Produtivo de Confeccões de Divinópolis em Minas Gerais.

Como se trata de amostra aleatória, a seleção dos entrevistados foi realizada através de sorteio. Em virtude de não conseguirmos obter uma listagem de empresas, o sorteio das empresas a serem entrevistadas foi realizado em campo. A área geográfica foi dividida em cinco setores (grupos de rua). Cada pesquisador assumiu um setor e escolheu uma empresa para iniciar, a partir dessa primeira entrevista, foi procedida a busca por outra empresa na mesma rua, partindo da sistemática de saltar dois endereços a cada escolha, mesmo naqueles casos em que a entrevista não foi realizada. e assim sucessivamente por todas as ruas, completando 20 empresas em cada setor.

A dificuldade de obtenção de dados sobre o universo da pesquisa, condição crucial para o estabelecimento da amostragem, impôs limites à extrapolação da amostra para a população. Os números relativos ao universo alvo da pesquisa, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vila Velha possuem uma considerável imprecisão. Esse fato se deve a alguns fatores, como a grande

taxa de mortalidade e abertura de empresas, o que pode fazer com que os números reais possam ser maiores ou menores que os últimos registros levantados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município.

A forma de sorteio da amostra foi influenciada pela falta de informações disponíveis sobre o APL, dificultando a construção de uma amostra aleatória simples ou mesmo um sorteio mais sistemático na amostra estratificada, onde todos os elementos da população tivessem a mesma probabilidade de serem entrevistados. A inexistência de uma lista de empresas, ou mesmo de uma determinação de quantidade de empresas de forma mais precisa, impede a realização de um sorteio aleatório ou mesmo uma seleção por intervalos, o que conferiria uma maior confiabilidade a amostra.

Outro fato importante a se considerar é o fato de existir grande número de empresas informais na região, cujos registros são inexistentes. Como o estudo é relativo ao APL de confecções e essas empresas compõem o corpo de agentes do arranjo, mantendo estreita relação com as empresas formais, a não consideração desse grupo na amostra elimina a possibilidade de levantamento de características importantes para o estudo do capital social.

Porém, como aponta Ghiglione e Matalon (1997), não há métodos que assegurem uma amostra absolutamente representativa, sendo importante o pesquisador estar consciente das limitações e não se satisfazer com os sorteios amostrais e cumprimento de cotas, assim como é necessário evitar um purismo tal que condene toda a pesquisa por conta de enviesamentos inevitáveis.

O processo de coleta de dados quantitativos ocorreu num intervalo de 30 dias, entre os dias 01 de junho e 01 de julho de 2013.

#### **4.4 Análise dos dados e construção dos indicadores**

Análise dos dados foi desenvolvida em três eixos:

- Participação em associações, proporcionando a análise sobre densidade de associações e na incidência de participações;
- Confiança e adesão a normas com base nas experiências dos entrevistados em relação a comportamentos que impliquem confiança;
- Ocorrências de ações coletivas tomadas como uma medida de resultado relacionado ao capital social existente.

Os dados colhidos juntos aos entrevistados, através do instrumento quantitativo, foram submetidos à análise de frequências, como uma maneira simples e conveniente de organizar os dados e extrair mensagens básicas que os dados contêm, através de software SPSS (*statistical package of social Science*).

A partir dessa análise prévia, foi desenvolvido um sistema composto por 03 grupos de indicadores: Indicadores de Participação em associações (IP), Indicadores de Confiança (IC) e Indicadores de Resultado (IR). Os indicadores foram conceituados de acordo com a característica medida, como apresentado a seguir:

1. Os Indicadores de Participação representam a participação dos empresários na vida coletiva. Esses indicadores levam em consideração a participação dos entrevistados em associações representativas do setor e a composição da rede pessoal dentro do setor.
2. Os Indicadores de Confiança sintetizam a percepção de quanto os empresários confiam nos seus pares e nas instituições presentes no ambiente do arranjo. A desconfiança dos empresários também é considerada na composição desses indicadores.
3. Os indicadores de resultado se referem às ações coletivas concretas empreendidas no arranjo, como trabalho realizado em conjunto e contribuições em projetos diversos.

Cada grupo de indicador é composto por três indicadores, de acordo com o

quadro 6:

**Quadro 6 - Grupos de indicadores**

INDICADOR	VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O INDICADOR
Indicadores de Participação	IP 1 - Participação em associações
	IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal
	IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir
Indicadores de Confiança	IC 1 – A maioria dos empresários do setor é confiável
	IC 2 – é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você
	IC 3 – As instituições presentes no APL são confiáveis
Indicadores de Resultado	IR 1 – Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente
	IR 2 – Realizou algum trabalho com outros empresários no último ano
	IR 3 – Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano

Cada um dos indicadores que compõem os três grupos foi desenvolvido a partir de um grupo de variáveis existentes no questionário aplicado aos entrevistados; alguns indicadores eram compostos por apenas uma variável e outros por mais de uma. Às respostas dessas variáveis foram atribuídos valores de acordo com as respostas, variando de 0 a 3. A estrutura da construção dos grupos de indicadores pode ser visualizada no quadro 7, abaixo.

**Quadro 7 - Estrutura de construção dos indicadores**

GRUPO DE INDICADORES	INDICADORES	VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O INDICADOR	RESPOSTAS E VALORES DAS RESPOSTAS
Indicadores de Participação	IP 1 - Participação em associações	Participa de Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios	Participa ativamente – valor 3 Não ativamente – valor 2 Já participou – valor 1 Não participa ou nunca participou – valor 0
		Participa de Igreja ou associação religiosa	
		Participa de Grupo ou associação cultural, educacional, recreativo e desportivo	
		Participa de Grupo ou movimento político	
		Participa nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas.	
	IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal	Número de pessoas que existem dentro do APL que você se sente à vontade para desenvolver atividades de lazer, conversar sobre assuntos pessoais	Cinco ou mais pessoas – valor 3 Três ou quatro pessoas – valor 2 Uma ou duas pessoas – valor 1 Ninguém – valor 0
Indicadores de Confiança	IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir	Quantas vezes nos últimos 03 mês você se reuniu com alguns membros do grupo para se divertir em casa ou locais públicos.	Cinco ou mais vezes – valor 3 Três ou quatro vezes – valor 2 Uma ou duas vezes – valor 1 Nenhuma vez – valor 0
	IC1 – A maioria dos empresários do setor são confiáveis	Pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do pólo de confecções da Glória	Concordo – valor 3 Discordo – valor 0
	IC 2 – é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de	Nesse setor é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	Concordo – valor 3 Discordo – valor 0



	você		
	IC 3 – As instituições presentes no APL são confiáveis	Empresários do setor de confecções	Confio – valor 3 Não confio – valor 0
		Membros do governo local (Prefeitura), Estadual e Federal	
		Membros de Associações de empresários e sindicatos	
		Instituições Bancárias	
		SEBRAE	
Indicadores de Resultado	IR1 – Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente	Se um projeto do setor não lhe beneficia diretamente, você contribuiria para o projeto de que forma: Com tempo? Com dinheiro? Com técnica?	Contribuiria de três formas – valor 3 Contribuiria de duas formas – valor 2 Contribuiria de uma única forma – valor 1 Não contribuiria – valor 0
	IR 2 – Realizou algum trabalho com outros empresários no último ano	Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros no seu setor - Em benefício do grupo	Não – valor 0 Sim – valor 3
	IR 3 – Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano	Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesse setor se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício do grupo?	Nunca –valor 0 Uma vez – valor 1 Algumas vezes (menos que 5 vezes) – valor 2 Muitas vezes (mais de cinco vezes) – valor 3

Os indicadores foram calculados com base em médias. O conjunto de respostas foi multiplicado pelos valores e em seguida dividido pelo número de respondentes. Os indicadores compostos por mais de uma variável passaram por um processo diferente: o conjunto de respostas foi multiplicado pelos valores e, em seguida, dividido pelo número de respondentes, compondo uma média relativa às cinco variáveis por respondente. Em seguida, essa média foi dividida novamente pelo número de variáveis, compondo uma média relativa a cada variável. A seguir, os quadros 8 e 9 apresentam os cálculos dos Indicadores de Participação 1 e 2 (IP1 e IP2) para ilustração dos dois tipos de indicadores, ambos compostos por 01 variável e por 05 variáveis.

**Quadro 8 - Cálculo do Indicador de Participação 1 (IP1)**

Variável	Frequência de Respostas				Soma dos valores	Cálculo
	Participa ativamente e valor 3	Não ativamente valor 2	Já participou valor 1	Não participa ou nunca participou valor 0		
Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios	26	43	2	29	166,0	(soma dos valores dividido pelo número de entrevistados)  $511/100 = 5,11$ ,  nesse caso é preciso dividir o valor obtido por 5, relativo ao número de variáveis que compõe o IP1:  $5,11/5 = 1,02$
Igreja ou associação religiosa	38	16	10	36	156,0	
Grupo ou associação cultural, educacional, recreativo e desportivo	22	5	7	66	83,0	
Grupo ou movimento político	2		2	96	8,0	
Nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	24	11	4	61	98,0	

**Quadro 9 - Cálculo do Indicador de Participação 2 (IP2)**

Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal	Frequência de respostas	Soma dos valores	Cálculo
Ninguém - valor 0	38	,0	(soma dos valores divididos pelo número de entrevistados)  133/100 = <b>1,33</b>
Uma ou duas pessoas - valor 1	18	18,0	
Três ou quatro pessoas - valor 2	17	34,0	
Cinco ou mais pessoas - valor 3	27	81,0	
Total	100	133,0	

A análise dos indicadores proporcionou a observação do nível de participação dos empresários, assim como o nível de confiança e as ações coletivas empreendidas. Essa análise foi incrementada com a geração de tabelas e gráficos a partir de outras variáveis que compunham o questionário aplicado.

#### 4.5 Nota sobre a correlação entre os indicadores

Para entender o nível de relação entre os indicadores desenvolvidos para medir Participação (IP), Confiança (IC) e Resultado (IR), lançamos mão do Coeficiente de Correlação de Pearson ( $r$ ). Apresentaremos as análises de  $r$  no próximo capítulo. Ao desenvolver os indicadores, a nossa intenção é identificar se o empreendimento de ações coletivas no APL estudado se relaciona com o nível de participação e o nível de confiança; se esses dois indicadores estão relacionados; e se a mudança de uma provoca a mudança na outra.

É importante ressaltar que nos interessa tanto uma correlação positiva ou diretamente proporcional, ou uma correlação negativa ou inversamente proporcional. Dessa forma poderemos identificar indícios de que as ações coletivas aumentam à medida que aumenta a participação e confiança ou se essa relação se dá de forma inversa.

Foi utilizado o software SPSS, versão 20, para construção das medidas numéricas do Coeficiente de Correlação Linear ( $r$ ). A fim de complementar a

leitura numérica, produzimos gráficos de dispersão, proporcionando uma medida visual da relação entre as variáveis.

A leitura das medidas numéricas e gráficas mede o grau de relacionamento linear entre valores emparelhados nos eixos x e y do gráfico, para a amostra, além de medir a intensidade e a direção da relação linear entre as variáveis. A medida numérica deve ser lida da seguinte forma: quanto mais próximo de  $-1$ : maior correlação negativa e quanto mais próximo de  $1$ : maior correlação positiva. O ponto 0 (zero) indica ausência de correlação. Lembrando que o r de Pearson não mede causalidade e sim força da associação.

O fato de não buscar nessa pesquisa intenção de inferência ou determinação de causalidades entre confiança, participação e ações coletivas não recorreremos a regressões, buscamos trabalhar unicamente *in sample*.

## **CAPÍTULO V**

### **5. O ESTOQUE DE CAPITAL SOCIAL NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DE VILA VELHA**

O entendimento do fenômeno da ação coletiva nos coloca necessariamente em face ao conceito de capital social, cuja manifestação depende diretamente da existência do nível de participação em assuntos públicos e coletivos, por parte dos indivíduos, e o nível de confiança existente nesse lócus. A participação em organizações associativas e em assuntos públicos e o alto nível de confiança interpessoal e nas instituições traduzem um ambiente com elevado capital social e, conseqüentemente, um terreno fértil para desenvolvimento de ações coletivas de diversas naturezas (PUTNAM, 2006; NORTH, 1990).

Esse capítulo trata de forma mais específica a presença de elementos tais como disposição para participação em empreendimentos coletivos e confiança interpessoal e institucional no Arranjo Produtivo de Confecções de Vila Velha/ES. Além disso, buscou-se levantar o repertório de ações coletivas praticadas no arranjo, como uma medida de resultado do estoque de capital social existente. Com o propósito de obter esses dados foi realizada uma pesquisa de campo cujos resultados estão explicitados nesse capítulo.

Os dados foram analisados com base em três pontos principais: a) a participação dos empresários em instâncias e organizações coletivas; b) a confiança existente entre os empresários e nas instituições diversas que atuam no âmbito do arranjo; e c) as ações coletivas envolvendo os entrevistados.

Foram estimados indicadores de participação, de confiança e de resultados. Os indicadores de participação estão relacionados ao quanto os empresários se dedicam à vida coletiva, como participações em associações, e o envolvimento com os membros dos arranjos; os indicadores de confiança representam a confiança dos entrevistados nos próprios empresários do setor e nas instituições presentes no ambiente do arranjo; e os indicadores de resultado representam as ações coletivas concretas empreendidas no arranjo, como

trabalho realizado em conjunto e contribuições em projetos coletivos. O detalhamento da metodologia de coleta e de tratamento das informações aqui analisadas está explicitado no capítulo IV deste trabalho.

## **5.1 Antecedentes e perfil dos entrevistados**

Alguns elementos, entre eles a formação educacional, a tradição da família no universo empresarial e o sistema de apoio familiar aos empresários inseridos no APL, são fundamentais na composição das redes de interação e no capital social, como destacado por Coleman (1990), cujas concepções apontam para a importância da estrutura familiar como uma das instituições que atuam facilitando as ações dos indivíduos. O pertencimento a grupos e a redes de relações também é fator importante na concepção de capital social de Bourdieu (1982).

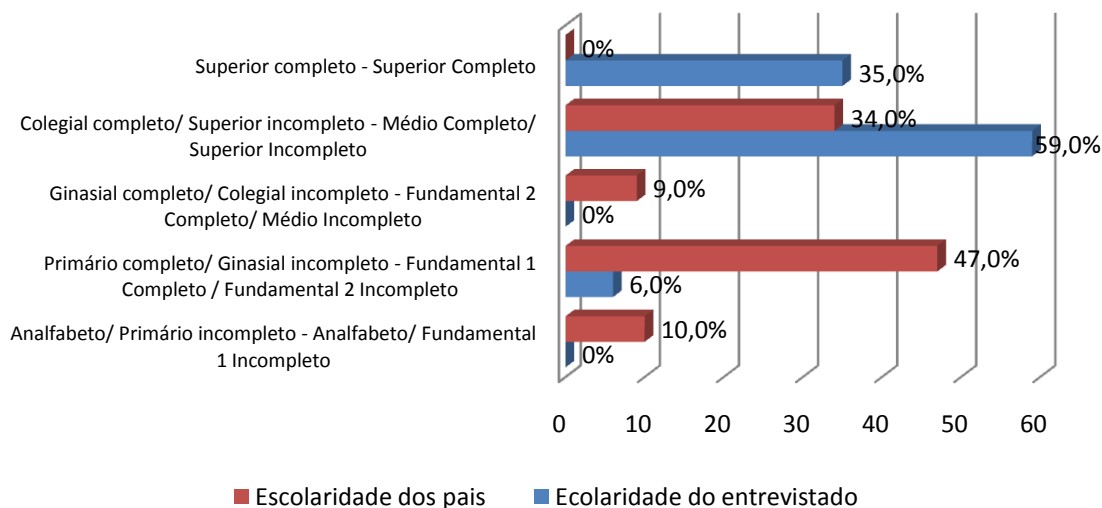
Dessa forma, alguns dados iniciais utilizados para caracterização do público alvo da pesquisa serão mobilizados com intuito de situar o grupo em seu contexto familiar, proporcionando a identificação de pontos que sejam diferenciais em termos de capital social.

O grupo de empresários entrevistados apresentou uma idade média de 41 anos, sendo as idades mínima e máxima de 20 e 69 anos. As empresas abordadas possuem existência média de 17 anos; a mais recentemente instalada se encontrava com tempo de existência de 1 ano em atividade e a mais antiga estava há 47 anos no mercado. Ressalta-se que esse APL é formado principalmente por empresas mais antigas (com mais de 8 anos de atuação no mercado) e que apenas 20% delas são jovens, ou seja, estão em atividade há 8 anos ou menos.

A escolaridade dos proprietários de MPEs se apresentou superior à de seus pais: enquanto a maioria dos pais dos entrevistados frequentou até o ensino fundamental I completo (equivalente ao curso de 1 ao 5 ano), a maioria (59%) dos atuais proprietários possui ensino médio completo - superior incompleto, chamando a atenção o número relativamente alto de indivíduos (35%) com

curso superior completo. Também chama a nossa atenção, nesse APL, o reduzido número de proprietários de empresas com baixo nível de escolaridade (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Escolaridade dos entrevistados e dos pais dos entrevistados**



Apesar de existir certa tradição regional no setor de confecções, visto que as empresas começaram a se instalar a partir da década de 1960, entre os entrevistados pode-se perceber que a maioria não herdou a empresa da família. Como se observa, na tabela 5, 69% deles declararam que seus pais e avós não possuíam empresas.

**Tabela 5 - A família do entrevistado (pais e avós) possuía empresas**

	Freq.	%
Sim	31	31
Não	69	69
Total	100	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

Essa caracterização aponta alguns elementos importantes para formação de um bom nível de capital social, como o número relativamente alto de empresas mais antigas, que proporciona acúmulo de conhecimento específico e tempo para construção e consolidação da rede social. Outro elemento importante é o nível relativamente alto de escolaridade dos empresários, possibilitando-os

acesso a conhecimentos técnicos. O acesso a informações ainda subsidia a compreensão do mercado de confecções regional e local e possibilita melhor diálogo entre os integrantes do setor, além de tomada de decisões mais consistentes. Esses fatos são observados em campo, na medida em que certos empresários, notadamente aqueles com maior escolaridade, formam pequenos grupos que realizam missões a países da Europa em busca de formação. Corroborando esses indícios de ligação entre capital social e formação educacional, mesmo de forma exploratória, outros pesquisadores identificam essa associação. Krishna e Uphoff (1999), por exemplo, em suas pesquisas sobre capital social em comunidades na Índia, apesar de não encontrarem associações estatisticamente significativas entre educação e capital social, identificaram que o nível de instrução é importante para explicar o nível de desenvolvimento comunitário. Fafchamps e Minten (1999), em suas pesquisas sobre o capital social e educação, realizadas entre empresários de comércio de produtos agrícolas em Madagascar, encontraram regressões positivas ao analisar educação e capital social, mesmo esses coeficientes não sendo tão importantes estatisticamente.

## **5.2 Participação e Confiança no APL**

A partir dos dados obtidos na pesquisa sobre a participação dos empresários em empreendimentos coletivos e a confiança existente entre esses empresários e nas instituições, buscou-se identificar, no segmento empresarial e no cenário do APL estudado, elementos que possam nos mostrar as indicações sobre o estoque de capital social e as formas como esse capital se manifesta, assim como o potencial para empreendimento de ações coletivas.

Foram construídos três Indicadores de Participação (IP)<sup>8</sup> considerando as seguintes variáveis: o “envolvimento desses entrevistados em organizações associativas” (IP1), “o tamanho da rede pessoal no interior do arranjo” (IP2) e na “existência de momentos de socialização entre esses empresários” (IP3).

---

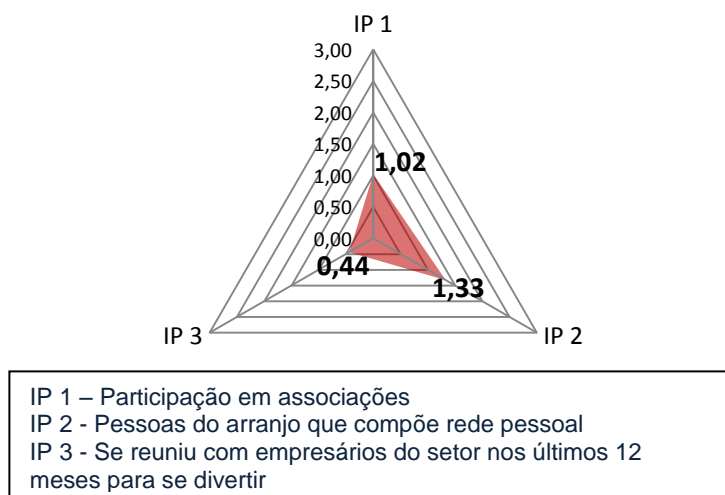
<sup>8</sup> O tópico Metodologia descreve detalhadamente a construção dos Indicadores de Participação, Indicadores de Confiança e Indicadores de Resultado.



Os indicadores compõem parâmetros sobre a participação em organizações representativas, empreendimentos coletivos e a constituição de redes locais. Na estimativa dos indicadores, os fatores de ponderação variaram de '0' (os empresários não participam) a '3' (os empresários participam ativamente). Tomando-se esses valores como referência, temos: quanto mais próximo de 3, maior o grau de participação dos empresários em empreendimentos coletivos.

No APL estudado, a intensidade de participação dos empresários, independentemente de sua forma, fica, em geral, abaixo do ponto médio do indicador, como pode ser observado no gráfico 5, adiante. O principal componente deste indicador é o IP1 que reflete o grau de participação dos empresários do setor em associações de diversos tipos (associações profissionais e de empresários, associações religiosas, culturais e educacionais e grupos políticos). O segundo componente de maior importância é o IP2, que reflete o tamanho da rede pessoal do empresário no interior do APL.

**Gráfico 5 - Indicador de Participação (IP)**



Fonte: Elaboração do próprio autor

Outro fator que nos chama a atenção é o baixíssimo nível do IP3 (0,44). Esse indicador aponta a extrapolação das relações entre os empresários para além do espaço comercial/empresarial do APL, visto que a pergunta que orienta a coleta desse dado registra o número de encontros dos empresários destinados ao lazer. Em outras palavras, esse resultado indica que as relações entre esses indivíduos se limitam ao convívio empresarial.

Além da composição dos indicadores, a análise dos dados avançou em outros aspectos que demonstram o nível de participação dos empresários. Foi questionado aos entrevistados, se participavam de associações bem como o nível de atuação nas mesmas. Na Tabela 6, é possível visualizar os elementos que compõem o indicador de Participação 1 (IP1), de forma desagregada. Os empresários apontaram o nível de participação para cada item da tabela, com base na seguinte escala: participa ativamente, participa não ativamente, já participou e nunca participou. A essa escala atribuímos os pesos 3, 2, 1 e 0, respectivamente<sup>9</sup>. Dessa forma, é possível perceber o nível de participação em cada tipo de organização existente no arranjo, se destacando a baixa participação em grupos ou movimento político (0,08).

**Tabela 6 - Participação em organizações associativas**

<b>TIPO DE ORGANIZAÇÃO</b>	<b>INDICADORES QUE COMPÕE O IP1</b>
Associação de comerciantes, profissionais e sindicatos	1,66
Igreja ou associação religiosa	1,56
Grupo cultural, recreativo ou desportivo	0,83
Grupo ou movimento político	0,08
Ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	0,98
<b>IP1</b>	<b>1,02</b>

Nossos achados, que apontam a participação como um fator problemático para além do APL de confecções, podem ser corroborados por estudos recentes realizados por Ribeiro, Fernandes e Ribeiro (2012) na tentativa de identificar a importância do nível de capital social existente em áreas rurais do Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Utilizando instrumento de coleta de dados adaptado do QI-MCS do Banco Mundial, buscaram, obtiveram os seguintes resultados: entre 73% e 90% dos empresários não participam de nenhuma atividade associativa.

É importante lembrar que a participação em associações e organizações

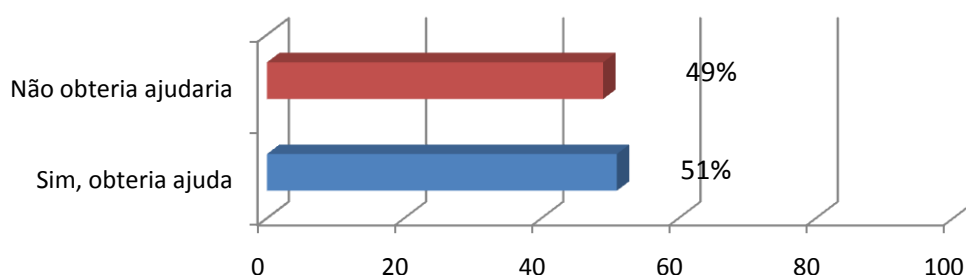
<sup>9</sup> O tópico metodologia apresenta descrição detalhada da composição dos Indicadores, e esclarece com mais detalhes a atribuição de pesos as respostas dos entrevistados.

horizontais é um elemento que Putnam (2006) e Coleman (1990) consideram como variáveis fundamentais para a maior consistência do capital social.

Segundo Putnam (2006), o associativismo é umas das principais características que medem o compromisso cívico de uma população e reforçam os valores sociais, a consciência política e a confiança social, desenvolvendo o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Os dados apresentados na tabela 6 demonstram uma limitação nesse aspecto, visto que a participação em organizações associativas é restrita.

Outro ponto consideravelmente frágil no grupo estudado é a eficiência da rede de relações sociais e profissionais (SEBRAE, Bancos, companheiros do APL). Foi exposta aos entrevistados uma situação hipotética em que seria necessário acessar a rede do APL para obter uma quantia em dinheiro. O objetivo era saber se eles esperavam obter ajuda dos companheiros ou instituições do APL. O resultado apurou a pequena diferença entre o número de pessoas que respondeu positivamente ou negativamente quanto às possibilidades de obter ajuda financeira de outros empresários, em caso de necessidade.

**Gráfico 6 - Obteria ajuda se precisasse de uma pequena quantia em dinheiro - SEBRAE, Bancos, companheiros do APL**



Fonte: Elaboração do próprio autor

Além dos elementos relacionados à participação direta em benefício da coletividade, outro fator fundamental na composição do capital social é a confiança (PUTNAM, 2006). Dessa forma, foram levantados pela pesquisa elementos para análise do nível de confiança existente no grupo estudado.

Assim como no quesito participação, foram elaborados três Indicadores de Confiança (IC). Esses indicadores consideraram as seguintes variáveis: “a maioria dos empresários é confiável” (IC1); “os empresários precisam estar atento ou alguém pode tirar vantagem” (IC2); e “os empresários confiam nas instituições existentes” (IC3). Como no caso anterior, os indicadores variam de 0 a 3. Nesse caso os indicadores IC1 e IC3 variam entre 0, baixo nível de confiança e 3, alto nível de confiança.

**Gráfico 7 - Indicador de Confiança (IC)**



Fonte: Elaboração do próprio autor

Os Indicadores de Confiança apresentam valores um pouco mais elevados que os Indicadores de Participação. O IC 1 obteve o valor mais alto, 1,83, demonstrando existir um nível mais elevado de confiança entre os empresários do que o nível de confiança nas instituições (IC3) que ficou em torno de 1,66.

Apesar da confiança registrada, é importante ressaltar a presença da desconfiança, pois os empresários sentem uma constante ameaça proveniente de seus próprios companheiros do APL. Essa desconfiança é representada pelo IC 2, cujo baixo valor, apenas 0,88 indicando a crença de que os pares do setor agirão com intuito de obter vantagem a qualquer custo.

Além da produção dos Indicadores de Confiança, outros dados foram analisados com intuito de caracterizar a “confiança” existente no ambiente de trabalho do APL. Os entrevistados foram colocados diante de afirmações

hipotéticas para que concordassem ou discordassem, e os resultados encontram-se sumarizados na tabela 07. Como se pode perceber, é relativamente alto (61%) o grau de confiança dos entrevistados em relação à maioria dos empresários que fazem parte do APL. Por outro lado, a desconfiança encontra-se também presente: a maioria dos entrevistados não confia nos outros empresários do setor para emprestar e tomar dinheiro emprestado (54%); admite que outros empresários desejam tirar vantagem das situações cotidianas (69%); e julga que a maioria de seus pares não estão dispostos a ajudar a categoria (56%), caso algum deles venha precisar de algum auxílio. Essa desconfiança se expressa mais no nível interpessoal que no nível da rede de relações do APL. No gráfico 7, anteriormente, é possível ver essa diferença. Quando os empresários são questionados sobre a possibilidade de obter ajuda financeira dos companheiros, de forma mais ampla a confiança é maior. Quando questionado sobre os empresários confiarem uns nos outros a confiança é menor.

**Tabela 7 - Em que medida concorda ou discorda das afirmações a seguir**

	Concordo		Discordo		NS/ NR		Total	
	Freq.		Freq.		Freq.		Freq.	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Nesse setor é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	69	69	29	29	2	2	100	100
A maioria dos empresários nesse setor está disposta a ajudar caso você precise	37	37	56	56	7	7	100	100
Nesse setor os empresários geralmente não confiam uns nos outros quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado	54	54	35	35	11	11	100	100
Pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do APL	61	61	35	35	4	4	100	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

Outras perguntas formuladas permitiram avaliar a “confiança” dos entrevistados em relação a algumas instituições (tabela 08). Como se pode observar, há uma relação positiva de confiança dos entrevistados em relação aos empresários do setor de confecções (54%), aos membros de associações de empresários e sindicatos (56%), e em relação às instituições bancárias (67%). Por outro lado, a grande maioria (80%) declarou não confiar em membros do governo (municipal, estadual e federal).

**Tabela 8 - Confia ou não confia nas pessoas e instituições citadas**

	Confio		Não Confio		NS/NR		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Empresários do setor de confecções	54	54	44	44	2	2	100	100
Membros do governo local (Prefeitura), Estadual e Federal	16	16	80	80	4	4	100	100
Membros de Associações de empresários e sindicatos	56	56	40	40	4	4	100	100
Instituições Bancárias	67	67	30	30	3	3	100	100
Sebrae	84	84	11	11	5	5	100	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

O alto índice de desconfiança dos entrevistados, assim como no caso da participação, também é identificado por outros pesquisadores em contextos diversos. Gomes e Bueno (2008), no estudo sobre os dilemas da ação coletiva, ressaltam a falta de confiança como um fator de inibição à ação cooperativa em um assentamento rural em Tumiritinga (MG). As autoras apontam que, apesar da relativa disponibilidade de capital social encontrado no assentamento, isso não é suficiente para resolver o problema da falta de confiança. Ao aplicar uma adaptação do QI-MCS do Banco Mundial, Gomes e Bueno (2008), identificaram que cerca de 65% da amostra da população pesquisada não confiava nos outros assentados para aplicação de uma ação de economia de água, escassa na região.

A confiança existente entre os indivíduos e nas instituições é um elemento fundamental para o sucesso das ações coletivas, assim como para reforçar o capital social de uma comunidade. Fukuyama define a confiança como sendo “a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade.” (FUKUYAMA, 1996, p. 41). Para esse autor, inspirado na utilização de Coleman (1990) do conceito de capital social, a existência de bons níveis de confiança proporciona maior ou menor sucesso nas transações, permitindo que uma variedade de relacionamentos sociais possa emergir.

Putnam (1993), citado por Rennó (2001), também atribui um papel de suma importância à confiança, na constituição do capital social. Para ele, esta se configura como um elemento que compõe a comunidade cívica, reforçando a ação coletiva, diminuindo os comportamentos oportunistas e individuais. A confiança e a credibilidade nas instituições são elementos que coexistem e se autorreforçam. Tendo em vista tais considerações, é possível inferir que o nível de confiança abaixo do ponto médio do IC, que se delineia entre os membros do arranjo, aponta para um ambiente com poucas práticas coletivas.

Na tabela 9, encontram-se as opiniões dos entrevistados sobre o que acham sobre a honestidade dos membros de instituições diversas. Novamente os membros do governo local recebem indicações negativas; 48% dos entrevistados disseram considerá-los como “desonestos” ou “muito desonestos”. Por outro lado, membros de instituições bancárias e do Sebrae receberam as melhores qualificações.

**Tabela 9 - Em que medida acha que os membros das instituições abaixo são honestas ou desonestas**

	Muito desonesto	Desonesto	Indiferente	Honesto	Muito honesto	Não se aplica	Total
Membros do governo local	12	36	37	8	5	2	100
Líderes que atuam no setor	4	5	57	24	4	6	100
Membros de Bancos	-	3	44	50	-	3	100
Membros do SEBRAE	-	3	34	52	8	3	100
Membros de agências de apoio ao setor	-	6	56	30	-	8	100
Membros de Ong's	-	3	51	16	3	27	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

Segundo Douglass North (1990), as instituições são os códigos que regem a interação humana; elas criam um ambiente de reduzidas incertezas para a vida

cotidiana e guiam as interações humanas a fim de que as pessoas saibam como reagir aos eventos sociais e econômicos cotidianos. Essas instituições podem ser formais ou informais, como convenções ou códigos de conduta ou mesmo leis formais escritas. O papel das instituições em uma sociedade é a redução das incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para a interação. (NORTH, 1990.)

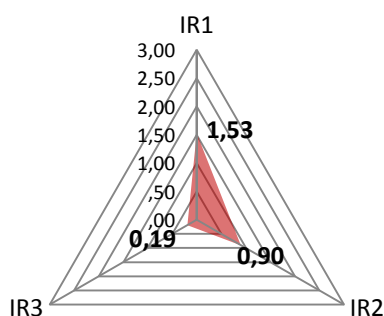
### **5.3 A prática de ações coletivas como medida de capital social**

A participação social e a dedicação dos indivíduos a projetos coletivos se configuram como uma resultante da existência de um tecido associativo mais rico, fatos que quando agregados a fatores de ordem institucional e cultural produzem melhores resultados na superação dos dilemas da ação coletiva.

Objetivando realizar uma investigação que possibilitasse uma identificação dessa participação social, foi realizada uma série de questionamentos a respeito da participação dos empresários no cotidiano do grupo que compõe o setor. As respostas e os indicadores foram bastante negativos, do ponto da dedicação de tempo e recursos a questões comunitárias ou voltadas ao benefício do grupo.

Assim como no quesito participação e confiança, foram elaborados três indicadores, nomeados Indicadores de Resultado (IR), gráfico 10, que indicam a eficiência do capital social existente em forma de realização de ações coletivas. Esses indicadores consideraram as seguintes variáveis: “você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente” (IR1); “realizou algum trabalho com os outros empresários no último ano” (IR2); e “se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano” (IR3). Os indicadores compõem parâmetros sobre a realização de ação coletiva no APL e possuem fatores de ponderação que variam entre 0, baixo nível de eficiência do estoque de capital social e 3, alto nível de eficiência do capital social.



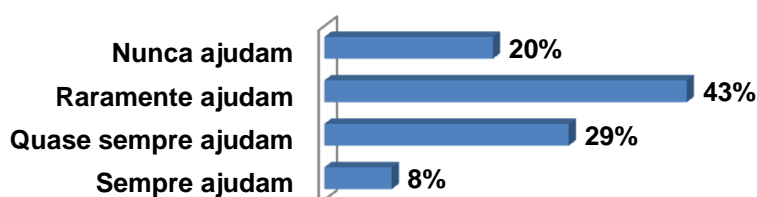
**Gráfico 8 - Indicador de Resultado (IR)**

IR1 - Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente  
 IR2 - Realizou algum trabalho com os outros empresários no último ano  
 IR3 - Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano"

Fonte: Elaboração do próprio autor

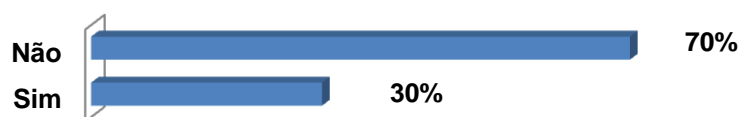
Os indicadores registrados no gráfico 10 demonstram a eficiência do capital social existente no APL, expresso na forma de ações coletivas. Os níveis são baixos, destacando-se o IR1 (1,53), que se refere a uma situação hipotética. Os indicadores IR2 e IR3, que se relacionam a situações concretas referentes às atividades desenvolvidas no último ano, são muito baixos, 0,90 e 0,19, respectivamente.

Esses dados novamente vêm ao encontro do referencial teórico mobilizado, onde há indicação de que, em ambientes com baixo nível de participação e baixo nível de confiança, o capital social também é baixo, dificultando a existência de práticas coletivas. Essa tendência é reforçada à medida que observamos que, dentre os entrevistados prevalecem aqueles que tendem a não ajudar seus pares; 43% deles afirmaram “raramente se ajudaram mutuamente” e 70% disseram “não ter realizado trabalho conjunto”, nos últimos 12 meses.

**Gráfico 9 - Frequência com que os empresários ajudam mutuamente**

Nota: 100 respondentes

Fonte: Elaboração do próprio autor

**Gráfico 10 - Realização de trabalho conjuntos nos últimos 12 meses**

Nota: 100 respondentes

Fonte: Elaboração do próprio autor

Por outro lado, é importante considerar que para uma Micro Empresa, com poucos funcionários e geralmente familiar, demandar tempo e recursos em projetos que beneficiem o setor pode não ser compensador a curto prazo, e até bastante dispendioso. Apesar de receber inúmeras críticas, as proposições de Olson (1999) parecem ser aplicáveis nesse momento, proposições que, segundo Eleanor Ostrom, são úteis “para conduzir análises formais sobre decisões humanas em ambientes competitivos e altamente estruturados” (2011, p. 286). Segundo Olson (1999), geralmente os custos de participação para provimento de um bem coletivo são altos a princípio, podendo gerar ganhos maiores somente a longo prazo. Além disso, a contribuição de um indivíduo gera um impacto praticamente imperceptível na produção desse bem. Dessa forma, dado esse cálculo, é mais vantajoso deixar que os outros arquem com o ônus da produção do bem, obtendo-o sem custo, já que no modelo de Olson (1999) a ação coletiva é inclusiva, ou seja, não se pode excluir ninguém do benefício da ação. Com base nesse pensamento racional, surgem os *free riders* - indivíduos racionais egoístas - que se importam apenas com o resultado privado produzido pela ação coletiva, sendo a deserção a estratégia dominante, o que, em algum nível, compromete a produção do bem coletivo.

Os resultados mostram, ainda, que os empresários tendem a agir em grupo apenas quando percebem alguma possibilidade de ganhos na ação coletiva. Quando questionados sobre a realização de atividades em grupo, nos últimos anos, entre os 30 empresários que responderam da forma positiva (30%), 16 mencionaram a compra de matéria prima e 12 a participação em cursos, tabela 10.

**Tabela 10 - Três principais atividades realizadas em grupo nos últimos 24 meses**

	Freq.
Compra de matéria prima	16
Cursos	12
Desenvolvimento do setor	4
Preparação para campanhas de vendas	8
Total	40

Fonte: Elaboração do próprio autor

A compra de matéria prima e a realização de cursos são ações coletivas bastantes pontuais, que representam pouco investimento de tempo e recursos, produzindo um benefício imediato e seletivo: se o empresário participa, ele goza os benefícios, como é o caso de compras coletivas, cursos de formação para funcionários e organização de campanhas de vendas. Para Olson (1999) a concessão desse tipo de benefícios seletivos é uma saída para evitar a deserção e obter adesão aos empreendimentos coletivos.

Quando questionados sobre a possibilidade de contribuição em um projeto que não lhe beneficia diretamente, tabela 11, a maioria dos empresários contribuiria apenas com a disponibilização de tempo (58%), de conhecimento técnico (46%) e apenas uma menor parte (29%) contribuiria com recursos financeiros,

**Tabela 11 - Contribuiria para um projeto do setor não lhe beneficia diretamente**

Forma de contribuição	Freq.	%
Com Tempo	58	58,0
Financeiramente	29	29,0
Tecnicamente	46	46,0

Nota: Múltipla resposta

Fonte: Elaboração do próprio autor

Ainda utilizando as premissas colocadas por Olson (1999), os dados coletados demonstram a incapacidade do grupo em impor sanções aos indivíduos que não participam de atividades em prol do grupo (tabela 12). Olson (1999) aponta que o estabelecimento de uma coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio é uma das formas de se obter

adesão às ações coletivas.

**Tabela 12 - Um empresário que não participe em atividades em prol do APL sofrer sanções**

	Freq.	%
Sim	20	39,2
Não	31	60,8
Total	51	100,0

Nota: 49 entrevistados apontaram não saber ou não ter certeza para opinar  
Elaboração do próprio autor

O instrumento aplicado também buscou levantar informações a respeito da participação dos empresários do setor de confecções nos assuntos públicos. O compromisso cívico - como a participação social nos assuntos públicos, comparecimento às urnas, entre outras estruturas ligadas ao associativismo e a solidariedade coletiva - é apresentado por Putnam (2006) como um elemento central no desenvolvimento do capital social.

Com essa finalidade, foram apresentadas as seguintes questões, tabela 13 e 14: o número de vezes em que se reuniram para entregar uma petição a membros do governo ou a líderes políticos e se votaram, nas últimas eleições, para elegerem os representantes das organizações que participam. O número relativamente alto de empresários que nunca assinou uma petição (83%) e que não votou nas últimas eleições (79%) das respectivas organizações indica o baixo nível de articulação e de participação política desse grupo.

**Tabela 13 - Número de vezes que as pessoas nesse setor se reuniram para entregar petição a membros do governo, ou a líderes políticos, os último ano**

	Freq.	%
Nunca	83	83,0
Uma vez	8	8,0
Entre 2 e 5 vezes	6	6,0
Acima de 5 vezes	--	--
NR	3	3,0
Total	100	100,0

Fonte: Elaboração do próprio autor

**Tabela 14 - Votou nas últimas eleições para associações ou outras organizações existentes no setor**

	Freq.	%
Sim	16	16,0
Não	79	79,0
Já foi candidato a cargo eletivo	2	2,0
NR	3	3,0
Total	100	100,0

Fonte: Elaboração do próprio autor

Outro ponto importante a ser observado é a existência de alto nível de concorrência entre os membros do grupo. Importante observar que se trata de um grupo de empresários buscando a maximização dos lucros em um mercado formado por micro e pequenas empresas, concorrentes entre si. De fato, a concorrência se mostra muito alta, como se pode notar na tabela 15.

**Tabela 15 - Alternativa abaixo que mais representa a realidade do arranjo produtivo de confecções**

	Freq.	%
Prevalência absoluta de uma concorrência acirrada	19	30,2
Muita concorrência e pouca cooperação	30	47,6
Concorrência, mas também níveis altos de cooperação	14	22,2
Total	63	100,0

Nota: 37 entrevistados disseram que trabalham individualmente e não conseguem opinar sobre a intensidade da concorrência.

Fonte: Elaboração do próprio autor

## **5.4 Correlação entre os Indicadores de Participação, Confiança e Resultado**

A investigação sobre a relação entre confiança e participação é o eixo dessa pesquisa, a partir do qual podemos tecer considerações sobre os níveis de

dedicação aos empreendimentos coletivos. O refinamento da leitura dos dados trouxe à tona elementos mais significativos para a análise e problematização da relação entre confiança e participação no APL de confecções.

Apresentaremos a seguir a desagregação dos dados que compõem o Indicador de Participação, apresentado em tópico anterior. Na medida em que desagregamos o indicador e observamos os dados mais brutos, podemos identificar exatamente o nível de participação dos empresários e em quais tipos de atividades eles mais participam.

A tabela 16 a seguir, aponta o baixo nível de participação entre os entrevistados. Observando o quesito “participação nas ações do APL”, identificamos que 65 entre 100 entrevistados apontaram não participar (não participam, nunca participaram ou não participam mais) de nenhuma atividade; quanto à participação em associações culturais, recreativas, esportivas e educacionais, esse número sobe para 73 entrevistados. Destacamos também que a quase totalidade dos entrevistados não participa de movimento político.

**Tabela 16 - Nível de participação nas atividades e instituições**

	Participa ativamente	Não ativamente	Já participou	Não participa nunca participou
Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios	26	43	2	29
Igreja ou associação religiosa	38	16	10	36
Grupo ou associação cultural, educacional, recreativo e desportivo	22	5	7	66
Nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	24	11	4	61
Grupo ou movimento político	2	--	2	96

Nota: 04 entrevistados não responderam à questão.

Quando cruzamos essas informações de participação com os dados desagregados sobre confiança temos, novamente, um cenário que relaciona participação e confiança de forma diretamente proporcional, ou seja, o grupo que alega não participar em assuntos coletivos, associações e atividades do

APL é o mesmo que apresenta baixo nível de confiança em seus pares dentro do arranjo.

A partir da tabela 17 a seguir, podemos identificar que entre os 65 casos de entrevistados que não participam das atividades do arranjo, 46,2% deles discordam da afirmação que “pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do APL”, enquanto apenas 14,3% dos entrevistados participantes de ações do APL não confiam nos empresários parceiros.

**Tabela 17 - Participação e confiança nos membros do APL – Somente aqueles que participam**

Participam nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	Pode-se confiar na maioria dos empresários do APL						Total	
	Concordo		Discordo		NS/NR			
Participa	30	85,7	5	14,3	0	0,0	35	100,0
Não participa	31	47,7	30	46,2	4	6,2	65	100,0

Nota: apenas 65 respondentes.

Inserindo outros dados em uma tabela de referência cruzada, buscamos novamente a relação entre confiança e participação. Dessa vez, tabela 18, perguntamos aos empresários “Nesse setor é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?” e 69 deles responderam que sim, ou seja, os empresários atuam com desconfiança ao se relacionar com os membros do APL. Entre esses 69 empresários, identificamos que 75% deles não participam das ações do APL, demonstrando assim novamente a relação entre confiança e participação.

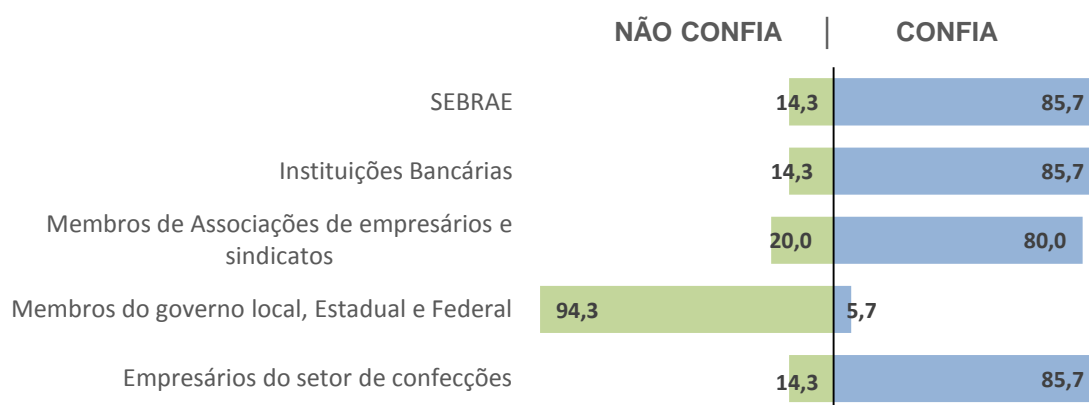
**Tabela 18 - Participação das ações do APL e receio de alguém tirar vantagem**

Participação nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas.	Alguém pode tirar vantagem de você	
	Freq.	%
Participa ativamente	15	22
Não ativamente	2	3
Já participou	0	0
Não participa nunca participou	52	75
Total	69	100

Nota: apenas 69 respondentes.

Analizamos também a confiança dos empresários em membros de instituições presentes no APL, como SEBRAE, bancos, governos, associações e sindicatos e os próprios empresários. Os dois gráficos abaixo apresentam as diferenças entre o grupo que participa das ações do APL e o grupo que não participa. Separamos esses grupos e observamos as respostas a seguinte pergunta: Você confia nos membros das instituições a seguir?

A O gráfico 11 engloba empresários que participam nas ações do APL: a maioria confia nos membros de instituição, exceto em membros do governo.

**Gráfico 11 - Apenas empresários que participam das ações do APL**

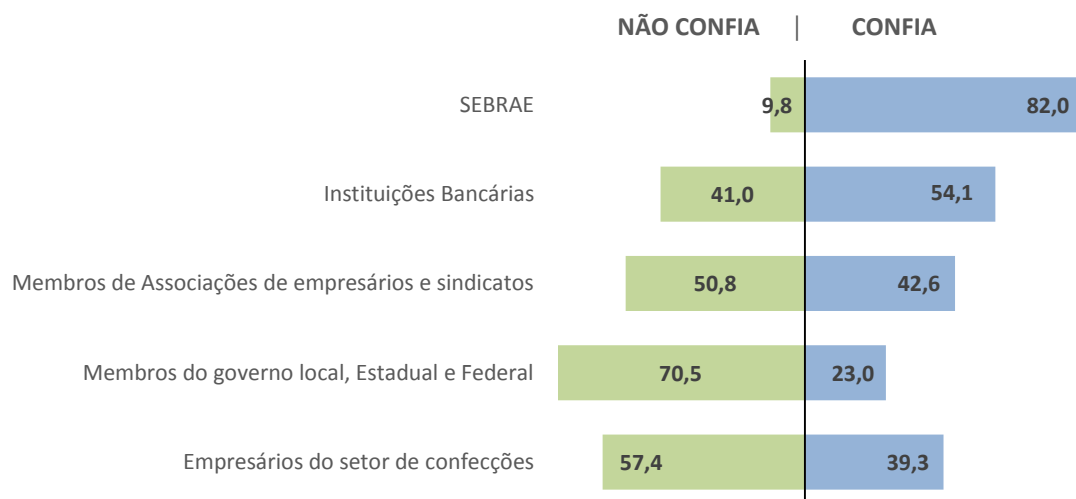
Nota: 35 empresários responderam que participam das ações do APL, como campanhas, cursos e reuniões.

O gráfico 12 aponta situação inversa da anterior. Agregamos apenas os



empresários que não participam das ações do APL e verificamos que os níveis de confiança diminuem significativamente. Apenas a confiança no SEBRAE se mantém alta.

**Gráfico 12 - Apenas empresários que NÃO participam das ações do APL**



NOTA: No cruzamento das duas variáveis, houve apenas 61 respondentes.

Ainda na intenção de buscar identificar a relação entre confiança e participação e o surgimento de ações coletivas, buscamos a aplicação de índices de correlação de Person. A partir da aplicação do modelo para verificação da Correlação Linear  $r$  de *Pearson*, pudemos explorar em que nível os indicadores desenvolvidos e aplicados no tópico anterior apresentam relação entre si. Na tabela 19, apresentamos os índices de correlação  $r$  de Person; calculamos a correlação entre o indicador de participação (IP) e o indicador de confiança (IC) com o indicador de resultado (IR).

É importante fazer uma ponderação sobre a força das correlações encontradas. Entre as inúmeras indicações para interpretação dessas correlações, destacamos a concepção de Dancey e Reidy (2006), onde uma correlação de 0,10 até 0,30 é considerada fraca; de 0,40 até 0,60 é moderada; e acima de 0,70 é forte. A partir das indicações dos autores, as correlações encontradas são fracas e, em alguns casos, até próximo de nulas, como podemos identificar na tabela 19.

**Tabela 19 - Índices de correlação de Pearson**

		Indicadores de Resultado		
		IR1	IR2	IR3
Indicadores de Participação	IP1	0,280*	0,153	0,007
	IP2	-0,057	0,249**	0,159
	IP3	0,065	0,217**	0,009
Indicadores de Confiança	IC1	0,045	-0,103	-0,124
	IC2	-0,154	0,014	0,131
	IC3	0,073	0,084	0,112

Nota: \*Correlação significativa para 0.01 (2-tailed). \*\* Correlação significativa para 0.05 (2-tailed)

É possível observar, na tabela anterior, que apenas em três situações os testes de correlação de Pearson são significantes. Na maioria dos indicadores, a correlação entre os indicadores de participação e de confiança não apresenta resultado significativo. Diante dessa situação, para a maioria dos indicadores a hipótese nula não é rejeitada, então podemos dizer que, as correlações encontradas, nesses casos, foram apenas por acaso, decorrendo de flutuações probabilísticas da medição dos indicadores e não em função de um efeito real que cause a correlação.

Para melhor visualizar as correlações significantes encontradas, incluímos na matriz abaixo (Quadro 10) somente os indicadores que obtiveram correlação significativa.

**Quadro 10 - Matriz para observação da correlação significativa dos indicadores**

	IR1 - Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente	IR2 - Realizou algum trabalho com os outros empresários no último ano
IP 1 – Participação em associações	$r$ 0,280 Correlação significativa para 0.01	-
IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal	-	$r$ 0,249 Correlação significativa para 0.05
IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir	-	$r$ 0,217 Correlação significativa para 0.05

Observando a matriz, identificamos as correlações significativas existentes

entre a participação e a ocorrência de ações de ações coletivas. Uma primeira percepção é a existência de correlação entre a “participação em associações” e o fato dos empresários “contribuírem para projetos que não lhe beneficiam diretamente”, ou seja, que beneficiam o grupo. Essa correlação se dá em uma significância de 0,01, ou seja, a probabilidade dessa correlação ocorrer ao mero acaso é de 1%.

Outra percepção importante instigada pelo quadro é a identificação, dentro do APL, do número de “pessoas que compõe a rede pessoal” do empresário com o número daqueles que afirmaram ter realizado “algum trabalho com outros empresários no último ano”, indicando assim que quanto maior a rede pessoal do empresário, dentro do APL, maior a ocorrência de ações coletivas.

Uma última tendência identificada, foi a correlação entre o fato dos entrevistados “se reunirem com empresários do setor nos últimos meses para se divertir” e a realização de “algum trabalho com outros empresários no último ano”, sendo esse mais um elemento importante para demonstrar a importância do adensamento da rede pessoal dos empresários para emergência de ações coletivas. Essas duas últimas correlações se deram ao nível de 0.05%, ou seja, limitando a 5% a possibilidade de terem ocorrido por acaso. Ressaltando que essas correlações encontradas, na perspectiva de Dancey e Reidy (2006), são consideradas fracas, pois se encontram entre 0,100 a 0,300. No entanto, quando analisamos a literatura a respeito das ações coletivas, identificamos uma aderência a esses resultados, ou seja, a maior participação e a existência de uma rede pessoal forte possibilitariam a emergência de ações em prol do coletivo, conferindo maior solidez a esses resultados.

A importância do estreitamento das relações interpessoais para o surgimento de ações coletivas, como verificado acima, está em consonância com as afirmações de Cefai (2009). Para o autor, o cotidiano dos movimentos associativos e as convivências entre os participantes de associações assumem um papel de mobilização das experiências criadoras, proporcionando sociabilidade, encontros, simpatias, solidariedade e criando experiências compartilhadas. Jasper (2012) admite que a identidade coletiva exerce impacto causal através das lealdades afetivas reforçando a existência do

grupo.

As correlações significantes observadas se deram apenas para os indicadores de Participação e Resultado, o que suscita uma questão sobre a importância da confiança para a emergência de ações coletivas.

A contradição que desafia essa pesquisa, em relação à teoria consolidada do capital social, refere-se às correlações não significantes entre confiança e ações coletivas, questão que pode ser problematizada com base em estudos mais robustos. Na busca por consolidar conclusões diversas daquelas preconizadas pelas teorias do capital social, Rennó (2001) lança mão da divergência entre Inglehart (1988)<sup>10</sup> e Muller e Selingson (1994)<sup>11</sup>. Inglehart, assim como Putnam (2006) trabalham a confiança como condição fundamental para o surgimento de uma cultura cívica que, por sua vez, é central na viabilidade do governo democrático. Porém, as proposições de Muller e Selingson (1994) apontam o contrário. Na visão desses autores, a maioria das atitudes de cultura cívica não tem impacto significativo na democracia. Selingson refaz alguns testes de Inglehart e chama a atenção para pontos relativos à metodologia e salienta que a tentativa de ligar variáveis de nível micro a variáveis de nível macro, além da possível desconsideração de alguma variável no modelo, pode gerar associações espúrias. Selingson encontra resultados diversos de Inglehart e questiona a maioria dos pressupostos da teoria do capital social e da cultura política, demonstrando uma correlação muito baixa entre confiança e indicadores de participação política.

Desafiado por essa divergência de conclusões a respeito da baixa correlação entre confiança e participação, Rennó (2001) vale-se de dados do Latinobarômetro<sup>12</sup>, referentes ao ano de 1996, e testa, para os países latino-americanos, as relações entre confiança e participação em associações,

---

10 Inglehart (1988) e Muller e Selingson (1994) foram acessados a partir do trabalho de RENNO, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. Opinião Pública, Campinas, v. 7, n.1, 2001.

11 Ibidem

12 O Latino barômetro é um estudo realizado anualmente, aplicando 20.000 em 18 países da América Latina. O Estudo é realizado pela Corporação Latinobarômetro, que investiga o desenvolvimento da democracia, da economia, e a sociedade em seu conjunto através de uma pesquisa de opinião pública. Os bancos de dados são disponibilizados na página web da instituição (<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>).

participação política, atitudes em relação ao regime político, comportamento de obediência às leis e a confiança nas instituições. Os resultados obtidos pelo autor na análise dos dados contradizem a ideia de que a confiança gera participação em associações cívicas. Afirma ele:

[a] relação entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas não é estatisticamente significativa na maioria dos casos. Na verdade, a hipótese nula sobre a associação entre confiança e participação em sindicatos só é rejeitada em 11% dos países, 24% em associações cívicas e 11% de novo com relação a partidos políticos. Quando há uma relação estatisticamente significativa, ela é inexpressiva e na direção oposta à esperada pela teoria. A confiança interpessoal e a participação em associações cívicas co-variam negativamente: o aumento na primeira leva à diminuição na segunda. Quando há mais confiança mútua, há menos necessidade de participar em associações cívicas (Rennó, 2001, p. 40).

Algumas conclusões de Rennó (2001) caminham na mesma direção das percepções obtidas com a aplicação dos testes de correlação de Pearson para esse trabalho. As análises realizadas pelo autor a partir dos dados do Latinobarômetro não permitem afirmar que a confiança fomente a participação política e favoreça a emergência de ações coletivas. O autor deixa claro que as conexões pressupostas na teoria não passam no teste empírico e que *surveys* com questões dicotômicas, como é o caso do Latinobarômetro e o caso do QI – MCS utilizado para coleta de dados dessa pesquisa de dissertação, devem ser utilizados com cuidado. Há que se considerar a diversidade de contextos e situações que produzem formas diferentes de manifestação da confiança, podendo ou não influenciar comportamentos políticos.

## 5.5 Análise dos subgrupos cooperadores e desertores

A análise dos indicadores IP, IC e IR, realizadas nos tópicos anteriores, considerou todo o conjunto de dados da amostra, ou seja, foi realizada a análise tomando os 100 entrevistados. Dessa forma, surgiu a necessidade de criarmos um ponto de comparação onde pudessemos nos ancorar ao afirmar que um dos indicadores atingiu um patamar alto ou baixo.

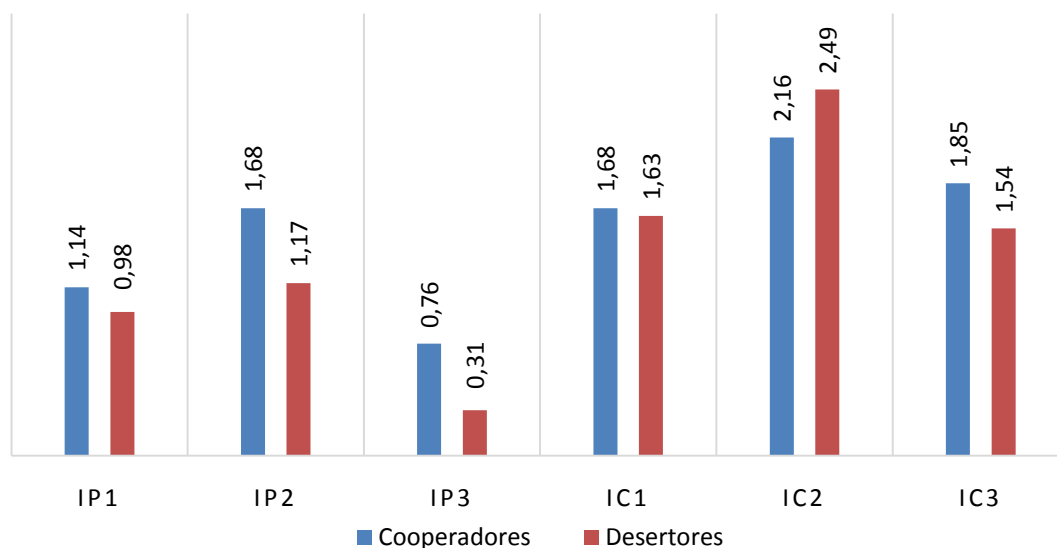
Visto se tratar de uma experiência de desenvolvimento de um indicador próprio para essa pesquisa, não pudemos lançar mão de outras pesquisas e outros indicadores similares para fins de comparação. Dessa forma, optamos por realizar uma comparação entre subgrupos dentro da amostra. A amostra foi seccionada originando dois subgrupos:

- Subgrupo de Cooperadores – 25% dos casos com maiores IR's (os 25% que mais empreendiam ações coletivas);
- Subgrupo de desertores - 30% dos casos com menor IR<sup>13</sup> (os 30% que menos empreendiam ações coletivas)

A partir desses dados realizamos comparações entre os indicadores alcançados na Amostra total, no segmento dos Cooperadores e no segmento dos Desertores. Assim, podemos visualizar, por exemplo, se os cooperadores apresentaram IC,s maiores que os desertores e em que medidas esses indicadores para os subgrupos se distanciaram da amostra total. Observando os resultados no gráfico 13, verificamos que os Indicadores de Participação e os Indicadores de Resultado seguem uma tendência mais clara, sendo que os Cooperadores atingem valores maiores e os Desertores chegam a valores menores, permanecendo a amostra Total numa linha média.

---

<sup>13</sup> Nesse aspecto, foram selecionados 30% dos casos e não 25%, como ocorreu com os cooperadores, tendo em vista que houve grande número de indivíduos com indicadores baixos, dentro da mesma escala, ou seja, entre 0 e 2, houveram 30% dos casos, muitos empatados, impossibilitando sua eliminação do subgrupo.

**Gráfico 13 - Abrangência dos indicadores para Cooperadores e Desertores**

Os indicadores de Confiança não apresentam a mesma coerência, apenas o IC3 mantém o mesmo padrão do IP, cuja medição se refere ao seguinte enunciado: “As instituições presentes no APL são confiáveis?”. Os IC1 e o IC2, respectivamente, referem-se aos enunciados: “A maioria dos empresários do setor é confiável?” e “É preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?”, e não seguem a tendência verificada para o IC3. Nesse caso, cabe ressaltar o dado mais extremo, onde os Desertores apresentam o maior indicador de confiança IC2, maior inclusive que os Cooperadores, como podemos verificar no gráfico 13, analisado anteriormente. Esses dados reforçam ainda mais a argumentação de Rennó (2001) de que a confiança “não influencia o comportamento político em todos os contextos” (p.55).

Buscando entender mais profundamente o fato, entendemos que a medição dos IP’s e IR’s é mais objetiva; os dados retratam as ações que envolvem a participação em organizações associativas, reuniões, em redes de amigos, contribuição em projetos, trabalhos coletivos realizados e produção de petições conjuntas. Dessa forma, a construção desses indicadores se apresenta como uma tarefa mais clara.

Quando pensamos em medir confiança, esbarramos em uma série de fatores de ordem subjetiva, como crenças, emoções, predileções políticas, além de, no

caso do APL, questões relativas à competição, mercado, e segredos de desenvolvimento de marcas, produtos e tecnologias, apenas para citar alguns elementos. Dessa forma, em busca de avançar na obtenção de informações que possam solidificar a posição da confiança nas discussões sobre ação coletiva, é preciso considerar a análise situacional, ou seja, considerar a constituição de uma descrição minuciosa de situações de copresença entre os atores, além da dimensão simbólica, mítica, ritual e dramática, face às experiências individuais e coletivas (CEFAI, 2011). Esse estudo se limitou a uma pesquisa do tipo *Survey* para levantamento de informações sobre a confiança no APL de confecções, deixando em aberto espaço para um estudo no campo da antropologia, que considere os fatores acima citados.

## **Conclusão**

A aplicação dos Indicadores criados apresentou tendências que, quando observadas juntamente com outras variáveis levantadas na pesquisa, se mostraram, em certa medida, coerentes com o aparato teórico utilizado. Os empresários do APL estudado apresentaram baixo nível de participação nas organizações, e suas relações se limitam ao convívio no âmbito das atividades empresariais e comerciais.

A confiança existente entre os empresários presentes no APL apresentou níveis consideráveis, acima do ponto médio no indicador de confiança, porém a presença de desconfiança foi constante na análise dos dados, com o sentimento de ameaça proveniente dos próprios companheiros do APL. A confiança em membros pertencentes a instituições, como governo local estadual e federal, se mostrou baixa, com a maior parte dos entrevistados dizendo não confiar nesses agentes ou não considerá-los honestos.

A confiança e a participação existente entre os indivíduos e nas instituições são elementos, que segundo as teorias tradicionais do capital social, se relacionam diretamente com a prática das ações coletivas; atuam no sentido de reforçar o capital social existente em uma comunidade, gerando círculos viciosos e



virtuosos, configurando um ambiente propício a mudanças ou a estagnações. Porém, a análise dos subgrupos Cooperadores e Desertores dentro da amostra estudada demonstrou que a confiança não se destacou para o APL de confecções, apesar de existir um nível de confiança acima do ponto médio do IC. Não há grandes diferenças entre Cooperadores e Desertores quanto a confiar nos pares e nas instituições de apoio.

O Capital social existente no APL de confecções mostra-se pouco eficiente em termos de empenho coletivo dos empresários. As ações coletivas empreendidas são basicamente ações de compras conjuntas e realização de cursos, ainda assim realizado por uma porcentagem pequena do grupo. Essas atividades são pontuais, pouco representativas em termos de investimento de tempo e recursos e proporcionam um benefício imediato e seletivo: se o empresário participa ele goza os benefícios, como é o caso de compras coletivas e organização de campanhas de vendas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como ponto de partida a hipótese de que a relação entre os empresários do APL de confecções, a despeito de constituírem uma aglomeração territorial caracterizada por atividades econômicas comuns e vínculos econômicos e sociais entre os agentes, é marcada pelo baixo capital social e, por conseguinte, baixo nível de confiança e cooperação, gerando um ambiente onde a prática da ação coletiva é limitada.

Em busca de entender o lócus de estudo e identificar os elementos capazes de sustentar a hipótese e discorrer sobre a emergência de ações coletivas no APL de confecções de Vila Velha, recortamos alguns aspectos relevantes no vasto terreno das discussões acadêmicas em torno do tema da ação coletiva e os elementos que se relacionam diretamente com ela, como capital social, confiança e participação. Em seguida, apresentamos as vertentes que relacionam a concentração de atividades produtivas em determinado espaço geográfico com vantagens competitivas, concepções que culminaram no conceito de Arranjo Produtivo Local. A partir desses elementos optamos por adotar e problematizar um conceito de origem neochumpeteriana, sintetizado pela REDESIST. Esse conceito de APL é largamente utilizado no Brasil como suporte para o planejamento e implementação de políticas públicas de fomento a APLs. O referido conceito leva em consideração a importância das interações entre os agentes, as quais facilitam a inovação, difusão do conhecimento e a emergência e ações coletivas.

No Brasil, a armação do debate sobre arranjos produtivos locais se baseou em experiências diversas, fundadas em bases institucionais, sociais e históricas que se afastavam da nossa realidade, em muitos pontos. Podemos citar experiências como o processo histórico de constituição das províncias e comunidades na Itália e o aparato institucional de apoio a iniciativas empresariais no Vale do Silício, nos Estados Unidos. Se os elementos históricos apontados por Putnam (2006) têm grande importância quando se fala em nível de civismo de uma população e a importância atribuída por Douglass

North (1990) ao aparato institucional no cumprimento do papel de formação do capital social são fundamentais, quando buscamos uma aderência do modelo conceitual estabelecido pela REDESIST, observamos um descolamento da realidade dos APLs no caso brasileiro. Esse modelo conceitual, construído com base em realidades históricas e institucionais diferentes da brasileira, assume pressupostos como um ambiente de compartilhamento de experiências e conhecimento, apoio institucional, participação e interação entre empresas além de trocas com instituições públicas e privadas de formação, pesquisa e desenvolvimento e financiamento.

Quando abordamos a situação do APL de confecções de Vila Velha, verificamos, a partir dos dados obtidos na pesquisa, que demonstram na perspectiva dos empresários a indisponibilidade do aparato cívico e institucional em proporcionar trocas de experiências e cooperação entre seus integrantes e agentes públicos. A análise dos dados da pesquisa nos colocou frente a informações que corroboram essa interpretação, como o baixo nível de confiança existente no âmbito do Arranjo e a baixa participação em assuntos públicos.

A partir do desenvolvimento dos Indicadores de Participação (IP), Confiança (IC) e Resultado (IR) pudemos tecer algumas conclusões a respeito da manifestação de elementos importantes para o empreendimento de ações coletivas no APL de confecções.

A manifestação da confiança no APL estudado se apresenta em níveis interessantes, ou seja, o indicador IC atinge valores acima do ponto médio. No entanto é necessário ponderar esse dado, visto que ele apresenta uma fragilidade importante, expressada na presença constante da desconfiança. Essa desconfiança é identificada através do baixo valor alcançado pelo IC2, que demarca a preocupação dos empresários em estarem sempre atentos, pois acreditam que seus pares agirão com intuito de obter vantagens a qualquer custo. Além da desconfiança entre os próprios empresários, há o descrédito na honestidade dos agentes pertencentes a instituições como governo local estadual e federal. Sendo assim, o APL de confecções não possui nível de confiança robusto suficiente para desempenhar um papel

fundamental para o surgimento de ações coletivas, visto que em Ostrom (2011) e Putnam (2006), a confiança é um elemento central na sustentação da reputação, surgimento de normas de reciprocidade, aumento dos níveis de cooperação e criação de um senso de responsabilidade comum.

A participação verificada no APL, através do estabelecimento do IP, se mostrou também bastante restrita, com indicadores apontando baixo nível de participação em associações e movimentos diversos. Dessa forma, o papel atribuído por Putnam (2006) e Coleman (1990) à participação em associações e organizações horizontais, como um elemento fundamental para a maior consistência do capital social e como medida de compromisso cívico, não é exercido no APL de confecções estudado de forma marcante.

Tendo em vista que os indicadores (IC, IP e IR) foram construídos a partir da agregação de dados, sabemos que eles ocultam sutilezas que são importantes para uma análise mais detalhada do banco de dados. Sendo assim, além da utilização dos indicadores, realizamos análises estatísticas mais simples, a partir da aplicação de filtros e cruzamentos dos dados brutos buscando identificar as ações de subgrupos dentro da amostra selecionada.

A análise desses dados desagregados demonstrou a relação existente entre confiança e participação. A aplicação de filtros em subgrupos específicos demonstrou que o baixo nível de confiança implica em menor participação e vice-versa. Selecionamos um subgrupo com 65% da amostra entrevistada que não participa de ações coletivas no APL, como cursos, campanhas e reuniões em geral. Identificamos que 46% desse subgrupo discorda da afirmação “pode-se confiar na maioria dos empresários do APL”, ou seja, apresentam desconfiança perante os outros empresários integrantes do APL. Outro subgrupo com 69% da amostra afirmou que é preciso estar sempre atento com os pares do APL para que “alguém não tire vantagem de você” e 75% desse subgrupo não participam das ações do APL. A partir desses dados podemos observar indícios de que a confiança está relacionada em alguma medida com a participação em organizações associativas e em assuntos de interesse coletivo.

Seguindo a trilha de (Bianchi, 2007), o grupo social envolvido no problema estudado é composto por empresários que, apesar de organizados em formato de associações, em um ambiente que possibilita trocas de conhecimento, experiências e empreendimentos coletivos, enfrentam a concorrência intercapitalista em variadas intensidades, além da existência da contradição em torno da reprodução universal do capital e a manutenção das unidades particulares de capital encarnadas pelo empresário. Levando essas conclusões em consideração, um fato importante a ser destacado é que, apesar de Mancur Olson assumir uma perspectiva basicamente instrumental e altamente restritiva em a Lógica da Ação Coletiva (1999), em ambientes como o encontrado no APL de confecções de Vila Velha, ou seja, ambientes de alta competitividade, ele pode ser bastante utilizado, como salientou Eleanor Ostrom (2011). A autora aponta que as proposições de Olson em torno dos cálculos racionais e essencialmente instrumentais, são úteis para conduzir algumas análises em ambientes competitivos, onde a maximização de lucros é fundamental e representa fator importante nas tomadas de decisões e no comportamento dos empresários.

Além da análise dos indicadores e de dados desagregados, foram aplicados testes de correlação de Pearson ( $r$ ). A aplicação dos testes foi realizada para identificação de correlações entre os Indicadores de Participação e Indicadores de Resultado e ainda entre Indicadores de Confiança e Indicadores de Resultado, proporcionando assim identificar a correlação entre a participação e a confiança com o surgimento de ações coletivas. As correlações significantes observadas se deram apenas para os indicadores de Participação e Resultado, o que suscita uma discussão sobre a importância da confiança para a emergência de ações coletivas. Dessa forma, os dados não apontaram indícios suficientes para reafirmar os postulados teóricos que indicam a confiança como um fator importante para emergência de ações coletivas. Esse descompasso entre os dados e a teoria consolidada do capital social também foi encontrada por Rennó (2001), a partir de estudos mais robustos, utilizando dados do Latinobarômetro e, conferindo maior consistência ao resultado desse trabalho.

Quando passamos a ampliar a abordagem dos estudos de ações coletivas,

incluindo elementos como emoções, afetividade, identidade e memória, a observação das situações de coopresença dos atores, onde as relações se estabelecem se faz fundamental. As abordagens de *Survey*, a partir dos instrumentos de coleta de dados tradicionalmente praticados para estudo das ações coletivas, têm dificuldades em alcançar esses fatores. Os espaços de trocas cotidianas se constituem um *locus* fértil para desenvolvimento de estudos sobre mobilizações e comportamentos dos atores em termos de adesão a ações coletivas. Sendo assim, as abordagens qualitativas, especialmente a perspectiva etnográfica, se coloca como uma possibilidade de equalização desses elementos supracitados. O acompanhamento do dinamismo, a forma como os públicos emergem, como as associações nascem para as pautas públicas e como os conflitos se inserem nesse campo de construção e manutenção de grupos comporta dimensões que podem ser exploradas pela perspectiva da etnografia. A imersão no campo de forma mais intensa pode favorecer a captura da experiência cotidiana, também no campo afetivo e experiencial.

Finalmente, ressaltamos que se faz necessário uma abordagem menos pessimista do APL de confecções estudado. Dessa forma, o fatiamento do banco de dados, filtrando os casos em que a confiança e a participação se manifestam com maior significância, e o aprofundamento das dimensões qualitativas poderiam trazer à tona elementos que apontem para possibilidades de altos níveis de cooperação e emergência de ações coletivas, dentro de subgrupos específicos.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ALBAGLI, S; BRITO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais** - REDESIST, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em < <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>> Acesso em 25 de janeiro de 2015.

ALBANESES. Neil Palácios Junior. **Produtividade das Pequenas e Médias Empresas Via Processo de Exportação – O Caso do Convix – Consórcio Vitória Export.** 2008. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE. 2008.

ASEVILA - Associação dos Empresários de Vila Velha. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.** Vila Velha. 2010. Disponível em < <http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes/publicidade/6-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha/174-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha.pdf>> Acesso em 22 de dezembro de 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. **Panorama do Setor Têxtil e de Confeções.** Brasília, 2011. Disponível em < [http://abit.org.br/abitonline/2011/06\\_07/apresentacao.pdf](http://abit.org.br/abitonline/2011/06_07/apresentacao.pdf)> Acessado em 05 de Março de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (Abit). **Perfil do Setor**, 2016. Disponível em < <http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>> Acesso em 20 de setembro de 2016.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para medir Capital Social. Grupo Temático sobre Capital Social.** 2003. Disponível em < <http://www.empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Questi%20on%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>> Acesso em 20 de julho de 2013.

BIANCHI MENDEZ, Álvaro Gabriel. **O ministério dos industriais : a**

**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.** 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Campinas. 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CALIMAN, Orlando. **Confecção: um segmento democrático. Ensaios e Artigos.** Vitória, 2001. Disponível em <<http://www.futuranet.ws>> Acessado em maio de 2013.

CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: Lastres, H.M.M; Cassiolato, J.E.e Maciel, M.L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Darumá. 2003.

CEFAI, Daniel. **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa. Introdução** In: CEFAI, Daniel. MELLO, Marcos A.S.; MOTA, Fábio R; VEIGA, F. B.(orgs). Arenas públicas – por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora UFF, 2011. Introdução.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.

CELESTINE, Juliana. O final do acordo sobre têxteis e vestuário e a competitividade da indústria têxtil brasileira. 2006. 84fl. Dissertação (Mestrado em Administração. Universidade do vale dos sinos. São Leopoldo, RS. 2006.

COLEMAM, James. **Foundations of social theory.** Massachusetts: Harvard University Press. 1990.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da. ROCHA, Érico Rial Pinto da. **Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, 2009.



DANCEY, C. P.; Reidy, J. **Estatística sem matemática: para psicologia usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed. 2006.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS -DEPEC/ BRADESCO. **Têxtil e Confecções**. 2016. Disponível em <[https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset\\_textil\\_e\\_confeccoes.pdf](https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_textil_e_confeccoes.pdf)> Acesso em 04 de janeiro de 2017.

FAFCHAMPS, Marcel. MINTEN, Bart. **Social Capital and the Firm: Evidence From Agricultural Trade**. Social Development Department The World Bank. Whashington DC. 1999. Disponível em<<http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-17.pdf>> Acessado em 02 de fevereiro de 2016.

Fink, Arlene. **How to sample in surveys**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications. 1995.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco. 1996.

GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin. **O Inquérito: Teoria e Prática**. 3ª Ed. Oeiras: Celta Editora.1997.

GOMES, Ana Paula W.; BUENO, Newton Paula. **Capital social e dilemas de ação coletiva: Estudo de caso em um pequeno assentamento rural de Minas Gerais**. Revista do Centro de Estudos Rurais - Ruris. Campinas. v. 2, p. 181-205, 2008.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. American Journal of Sociology, Chicago, v.91, p. 481-510, 1985.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial. 2003. Disponível em <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%20naire.pdf>>

C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>

Acessado em 11 de Janeiro de 2013.

INSTITUTO FUTURA. **Vocações e perspectivas da economia urbana de Vila Velha: Possibilidades de atuação da prefeitura municipal de Vila Velha.** Vitória. 1994.

JASPER, James M. **Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación.** Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. Nº10. Año 4. pp. 48-68, 2013.

KRISHNA, Anirudh. UPHOFF, Norman. **Mapping and Measuring Social Capital: A Conceptual and Empirical Study of Collective Action For Conserving and Developing Watersheds.** In Rajasthan, India. Social Development Department The World Bank. Whashington DC. 1999. Disponível em<<http://siteresources.worldbank.org/INTSOCIALCAPITAL/Resources/Social-Capital-Initiative-Working-Paper-Series/SCI-WPS-13.pdf>> Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia.** São Paulo: Abril, 1982.

MELLO, F. F; FERREIRA, G. G., LEITE, I. M. **A importância do capital social para o Desenvolvimento de uma região: um estudo sobre os municípios do consórcio público para desenvolvimento do Alto Paraopeba – codap no estado de Minas Gerais.** Revista do Centro de Estudos Rurais - Ruris, Campinas, v. 6 n. 1, p. 15-42. 2012. Disponível em<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1555/1072>> Acesso em 10 de Março de 2016.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir de experiências de Pintadas (Bahia, Brasil).** Organizações e Sociedade - O&S. Salvador, v. 11,, Edição especial, 2004.

MONSMA, Karl. **Introdução.** In: TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** São Paulo: Edusp. 1996.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic**

**Performance. Cambridge:** Tradução livre de Rafael Damasceno. Cambridge University Press. 1990.

NUNES, Denis Pedro. **Cooperação, aprendizado e capacitação inovativa das empresas de confecções do arranjo produtivo em Colatina – ES.** 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

OFFE, C. & WIESENTHAL, H. **Duas lógicas da ação coletiva : notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização.** In : OFFE, C. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro. 1984.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1999.

OLIVEIRA, P. G. **Relações entre externalidades e capacitações organizacionais: um estudo no arranjo produtivo de confecções de Divinópolis.** 2011. 172 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

ORESNTAIN, Luiz. **A estratégia da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Ed. Revan - UCAM, Iuperj.1998.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1989.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. **Collective identity and social movements. Annual Review of Sociology,** n. 27, p. 283-305, 2001.

POTETE, A., OSTROM, E., JANSSEN. Trabalho em parceria. Ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. Cap. 9 **Expandindo as fronteiras da teoria da ação coletiva e dos bens comuns.** SP, Editora Senac, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália moderna**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

RICHARDSON, R J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RENNO, Lucio R. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina**. Opinião Publica, Campinas, vol.7, n.1, p.33 – 59, 2001.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais em Espaços Industriais Periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.147-180. 2002.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA). **Projeto observatório de competitividade sistêmica das micro e pequenas empresas do espírito santo em regime de aglomeração**. Relatório consolidado, sem publicação. Vitória, ES, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ficha Técnica: Indústria de Confecções**. Vitória, 2011. Disponível em <http://vix.sebraees.com.br/ideiasnegocios/arquivos/IndustriadeConfeccao.pdf> <Acessado em 01 de março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Quem são os pequenos negócios?**. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD)>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Inteligência Setorial. **Impacto da balança comercial na economia local**. 2015b. Disponível em <<https://www.sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/impacto-da-balanca-comercial-na-economia-local/556f26c214d0c01d007ffcc5>> Acesso em 23 de fevereiro de 2016.

SANTOS, Fabio Franklin Storino. **Capital Social: vários conceitos, um só problema**. 2003. 84fl. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração de empresas. Fundação Getúlio Vargas – FGV. São Paulo, SP. 2003.

SOUZA, Rangel, Armênio; MUNIZ DA SILVA, Marcello; KRAMER COSTA, Benny. **Competitividade da indústria têxtil brasileira**. RAI - Revista de Administração e Inovação, vol. 7, núm. 1, enero-marzo, 2010, pp. 151-174 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 1997.

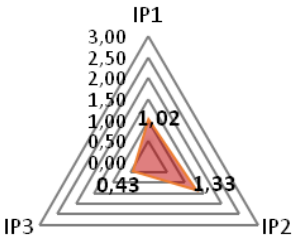
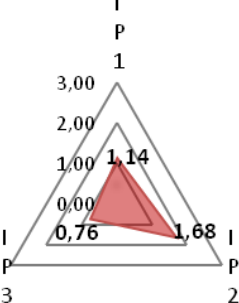
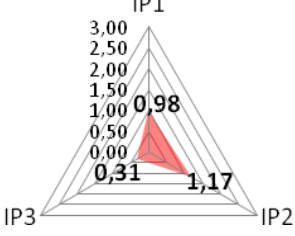
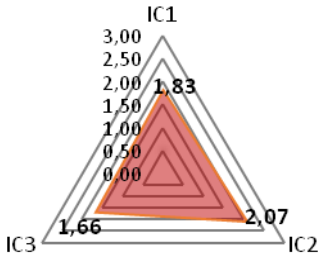
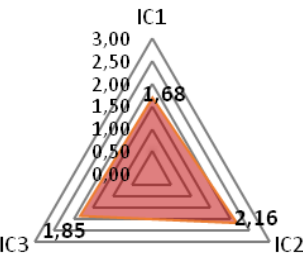
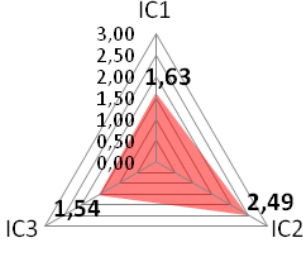
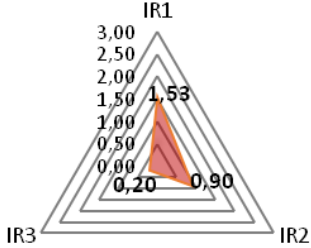
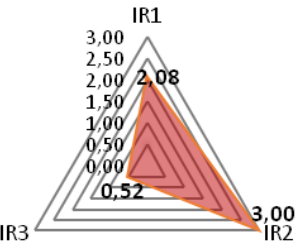
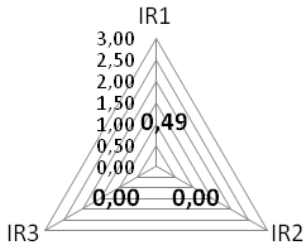
VALE, G. M. V. **Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social**. 2006. 379 fl. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG. 2006.

VILAÇA, Adilson; DADALTO, Maria Cristina. **Confecção da Memória: Uma História da Indústria do Vestuário de Colatina**. Vitória: Ed. Espírito Santo. SINVESCO, Sindicato das Industrias do Vestuário de Colatina, 2001.

ZANQUETTO F, Helio. **O Processo de Planejamento em Pequenas e Médias Empresas: um estudo de caso em duas empresas de confecções do Espírito Santo**. 1994. 138 fl. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) Departamento de Engenharia Industrial. Pontífica Universidade Católica . Rio de Janeiro, RJ. 1994.

## ANEXOS

### ANEXO A – Gráficos de área demonstrando a abrangência dos indicadores para a Amostra Total, Cooperadores e Desertores.

		
Gráfico 01 – IP1 para Amostra Total	Gráfico 02 – IP1 para cooperadores	Gráfico 03 – IP1 para desertores
		
Gráfico 04 – IC1 para Amostra Total	Gráfico 05 – IC1 para Cooperadores	Gráfico 06 – IC1 para Desertores
		
Gráfico 07 – IR1 para Amostra Total	Gráfico 08 – IR1 para Cooperadores	Gráfico 09 – IR1 para Desertores

## ANEXO B – Questionário aplicado a amostra estudada

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

#### ESTUDO SOBRE CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE CONFECÇÕES

#### Perfil do Entrevistado

1 – Idade \_\_\_\_\_ 2- Sexo (1) Masculino (2) Feminino

3 – Escolaridade

(1) Analfabeto/ Primário incompleto - Analfabeto/ Fundamental 1 Incompleto
(2) Primário completo/ Ginasial incompleto - Fundamental 1 Completo / Fundamental 2 Incompleto
(3) Ginasial completo/ Colegial incompleto - Fundamental 2 Completo/ Médio Incompleto
(4) Colegial completo/ Superior incompleto - Médio Completo/ Superior Incompleto
(5) Superior completo - Superior Completo

4 – Escolaridade do pai:

(1) Analfabeto/ Primário incompleto - Analfabeto/ Fundamental 1 Incompleto
(2) Primário completo/ Ginasial incompleto - Fundamental 1 Completo / Fundamental 2 Incompleto
(3) Ginasial completo/ Colegial incompleto - Fundamental 2 Completo/ Médio Incompleto
(4) Colegial completo/ Superior incompleto - Médio Completo/ Superior Incompleto
(5) Superior completo - Superior Completo

5 – A sua Família (pais e avós) possuíram ou possuem empresas? (1) Sim (2) Não

5.1 - Se sim de qual setor?

- (1) Indústria e comércio no Setor de confecções
- (2) Comércio em outros setores
- (3) Indústria em outros setores
- (4) Serviços
- (5) Outro setor. Qual \_\_\_\_\_

6 - Tempo de existência da empresa \_\_\_\_\_

7 - Tipo de estabelecimento

- (1) Varejo
- (2) Atacado
- (3) Fábrica
- (4) Loja de equipamentos
- (5) Instituição de formação
- (6) Outro. Qual \_\_\_\_\_

8 – Como iniciou sua atividade empresarial?

- (1) A empresa já existia na família
- (2) Começou como uma diversificação dos negócios da família

(3) É a primeira empresa que surge na família

(4) Outro Qual? \_\_\_\_\_

## 1 - Grupos e redes

### 1.1 - Grupos

**9 - Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você pertence. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou informais. Conforme eu for lendo a seguinte lista de grupos, por favor, diga-me se você pertence a um grupo desses e como participa .**

Tipo de organização	1 - Participa ativamente	2 - Não ativamente	3 - Já participou	4 - Não participa/nunca participou
1 - Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios				
2 - Igreja ou associação religiosa				
3 - Grupo desportivo, cultural ou recreativo				
4 - Partido político				
5 - Outra associação:				
6 - Participar nas ações do APL: cursos, reuniões, campanhas.				

### 1.2 - Redes

**10 - Quantas pessoas diria que existem dentro do APL que você se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares pessoais, ou chamar quando precisa de ajuda de vários tipos, tanto relativo a assuntos de trabalho ou particulares.**

(1) Ninguém (2) Uma ou duas pessoas (3) Três ou quatro pessoas (4) Cinco ou mais pessoas

**11 - Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro para arcar com alguma emergência na sua empresa, digamos uma quantia relativa ao que você fatura numa semana, a quem você recorreria?**

(1) Sebrae (2) Banco comercial (3) Recorre a amigos (4) recorre a algum outro empresário do setor (5) recorre a parentes (6) Outra(s) fontes.

16.1 - Cite as duas fontes mais importantes (inserir número): \_\_\_\_\_

## 2 - Confiança e Solidariedade

**12 - Em toda comunidade, algumas pessoas se dão bem e confiam umas nas outras, enquanto outras pessoas não. Agora, eu gostaria de falar a respeito da confiança e da solidariedade.**

**13 - Caso alguém do seu APL te solicite ajuda financeira, você ajudaria?**

(1) Sim

(2) Não. Por que? \_\_\_\_\_

**14 - Caso alguém do seu APL te solicite ajuda não-financeira, você ajudaria?**

(1) Sim

(2) Não. Por que? \_\_\_\_\_



**15 - Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?**

(1) Sim (2) Não

1 . Pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do pólo de confecções da Glória	
2 . Nesse setor alguém pode tirar vantagem de você	
3 . A maioria dos empresários nesse setor estão dispostos a ajudar caso você precise	
4 . Nesse setor os empresários geralmente confiam uns nos outros quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado	

**16 - Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de instituições.**

1. Confio 2. Não Confio

1 . Empresários do setor de confecções	
2 . Membros do governo local, estadual e federal	
5 . Membros de Associações de empresários e sindicatos	
7 . Instituições Bancárias	
8 . SEBRAE	

**17 - Caso algumas dessas instituições programem algum projeto de incentivo ao setor você acredita no resultado?**

Prefeitura	(1) Sim (2) Não
Estado	(1) Sim (2) Não
Governo federal	(1) Sim (2) Não
Sebrae	(1) Sim (2) Não
Associação representativa do setor	(1) Sim (2) Não

**18 - Hoje em dia, com que frequência você diria que os empresários nesse setor ajudam uns aos outros? Utilize uma escala de 5 pontos, onde 1 quer dizer “sempre ajudam” e 5 “nunca ajudam”.**

(1) Sempre ajudam (2) Quase sempre ajudam (4) Raramente ajudam (5) Nunca ajudam

**3 - Ação Coletiva e Cooperação****19 - Se um projeto do setor não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras empresas do setor, você contribuiria para o projeto?**

Tipo de contribuição	Si m	Nã o	Se não, porque
Tempo			
Financeiramente			
Tecnicamente			

**20 - Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros do setor para fazer alguma coisa em benefício do APL?**

(1) Sim (2) Não (SE NÃO, PULAR PARA A QUESTÃO 28)

**21 - A participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada?** (1) Voluntária (2) Solicitada

**22 - Você acha que um empresário que não participe em atividades em prol do APL será mal visto pelos colegas ou venha sofrer algum tipo de isolamento ou constrangimento por parte de seus colegas?**

(1) Sim (2) Não

**23 - Caso ocorra um problema de segurança pública nessa região, que prejudicasse as empresas, as pessoas cooperariam para tentar resolver o problema?**

(1) Sempre cooperariam (2) Quase sempre (3) Raramente (4) Nunca cooperariam

**24 - Um número considerável de pessoas de vários setores sociais e níveis de formação, tendem a olhar as relações empresariais como um ambiente marcado fundamentalmente pela competição. Qual alternativa abaixo lhe parece que mais representa a realidade do arranjo produtivo de confecções:**

- (1) Prevalência absoluta de uma competição acirrada
- (2) Muita concorrência, e pouca cooperação
- (3) Concorrência, mas também níveis altos de cooperação
- (4) Muita cooperação e pouca concorrência

#### 4 - Informação e Comunicação

**25 - No Último mês você fez ou recebeu quantos telefonemas tratando-se de assuntos relacionados ao Arranjo Produtivo?**

(1) Nenhum (2) Até dois (3) 3 a 5 (4) Mais de 6 telefonemas

**26 - Quais são as fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo em prol do setor? (ATÉ TRES RESPOSTAS)**

(1) Parentes, amigos e vizinhos	(8) Grupos ou associações
(2) Boletins do setor	(9) Colegas de trabalho ou sócios
(3) Mercado local	(10) Associados políticos
(4) Jornal local ou da comunidade	(11) Líderes comunitários
(5) Jornal nacional	(12) Um agente do governo
(6) Rádio	(13) ONGs
(7) Televisão	(14) Internet

#### 5 - Coesão e Inclusão Social

**27 - As diferenças (religião, posição social, sexo, crenças políticas) que existem entre as pessoas que participam do seu arranjo produtivo geram algum tipo de problema?"**

(1) Sim (2) Não

**28 - Quais são as diferenças que mais frequentemente causam problemas? (INSERIR NÚMERO)**

---

**29 - Que tipo de problemas essas diferenças causam?**

---

**30 - Quantas vezes nos últimos 03 mês você se reuniu com alguns membros do grupo para se divertir em casa ou locais públicos?**

---

<b>6 - Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política</b>
--

**31 - Em geral você se sente feliz e realizado com seu negócio?** (1) Sim (2) Não

**32 - Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua empresa? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 1 a 3, em que 1 quer dizer “incapaz de mudar o rumo da minha empresa”, e 3 quer dizer “capaz de mudar o rumo da minha empresa”.**

- (1) Incapaz de mudar o rumo da minha empresa
- (2) Nem capaz, nem incapaz
- (3) Capaz de mudar o rumo da minha empresa

**33 - Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesse setor se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício do grupo?**

- (1) Nunca
- (2) Uma vez
- (3) Algumas vezes (menos que 5 vezes)
- (4) Muitas vezes (mais que 5 vezes)

**34 - Você votou nas últimas eleições para associações outras organizações que participe?**

- (1) Sim
- (2) Não
- (3) Já foi candidato a cargos eletivos

**35 - Na sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros e funcionários das seguintes agências? Por favor, classifique-os segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “muito desonesto” e 5 “muito honesto”.**

1 Muito desonesto / 2 Desonesto / 3 Indiferente/ 4 Honesto 5 Muito desonesto / 9 Não se aplica (agência não existe no(a) bairro/localidade)

1- Membros do governo local	
2- Líderes que atuam no setor	
3- Membros de Bancos	
4- Membros do SEBRAE	
5- Membros de agências de apoio ao setor	
6- Membros de Ong's	

**36 - Existe alguma liderança no setor:** (1) Sim (2) Não

**36.1 Qual o nome dessa liderança? (se tiver algum contato da liderança, inserir)**

---

**37 - Caso exista você confia nela para te representar nas ações do setor?** (1) Sim (2) Não

**37.1 - Se não, Porque?**

---

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

Buscar registrar elementos que eles percebam na entrevista que possam colaborar na caracterização do capital social, confiança.

